



Pensar jovem socialista

40

Redações da
Autorreforma

**AUTO
PRE
FORMA**
psb40.org.br

Pensar jovem socialista

40

Redações da
Autorreforma

Organizadores

Carlos Siqueira
Domingos Leonelli
Paulo Bracarense
Sinoel Batista

P418p 2022 Pensar jovem socialista 40 redações da autorreforma / Carlos Roberto Siqueira de Barros, Domingos Leonelli Netto, Paulo Afonso Bracarense Costa, Sinoel Batista. - 1. ed. - São Paulo: Quanta, 2022.
112 p - 24 cm.

ISBN: 978-65-990864-7-2

1. Partido Político Brasileiro. 2. Concurso. 3. Redação. I. Siqueira de Barros, Carlos Roberto. II. Leonelli Netto, Domingos. III. Bracarense Costa, Paulo Afonso. IV. Batista, Sinoel. V. Título

CDD - 324. 381

Catálogo na fonte elaborada por: Josefina A. S. Guedes - Bibliotecária CRB 9/870



Rua Doutor Clóvis de Oliveira, 166 - Vila Progredior
CEP: 05616-130 São Paulo - SP
Fone/Fax: +55 11 3385-0400

www.qcp.com.br

Ficha Técnica

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR

Carlos Siqueira

PRESIDENTE DA FJM

Márcio França

CONSELHEIROS

Dalvino Troccoli Franca

Álvaro Cabral

Francisco Cortez

Maria Cristina do Rosário Almeida

Manoel Antônio Vieira Alexandre

Felipe Rocha

Joilson Antônio Cardoso do Nascimento

James Lewis Gorman Junior

Silvânio Medeiros dos Santos

Gabriel Maia Gelpke

Vera Regina Muller

Adilson Gomes da Silva

Serafim Corrêa

Yara Gouvêa

Sílvio Humberto

Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE

Márcio França

DIRETOR VICE-PRESIDENTE

Alexandre Navarro

DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO

Carlos Enrique Franco Amastha

DIRETORA DE ESTUDOS E PESQUISAS

Amanda Sobreira

DIRETOR FINANCEIRO

Mário Guide

COORDENAÇÕES ESTADUAIS FJM

Acre

Gabriel Maia Gelpke

Alagoas

Wellington da Silva

Amapá

Janete Capiberibe

Amazonas

Alexandre Dias Barbosa

Bahia

Rita de Cássia

Ceará

Osmar de Sá Ponte Júnior

Distrito Federal

Yara Gouvêa

Espírito Santo

Odmar Péricles Nascimento

Goiás

Domingos Barbosa dos Santos (Professor Dumas)

Maranhão

David Telles

Mato Grosso

Aparecido Alves de Oliveira

Mato Grosso do Sul

Valmir Batista Correa

Minas Gerais

Kátia Gomes Gaivotto

Pará

Alfredo P. de Figueiredo Júnior

Paraíba

Adaiano Farias Araújo

Paraná

Paulo Afonso Bracarense Costa

Pernambuco

Jumariana Oliveira

Piauí

Raimundo José Mendes Silva

Rio de Janeiro

Helid Raphael de Carvalho Júnior

Rio Grande do Norte

Silvânio Medeiros dos Santos

Rondônia

Gilson Nazif Rasul

Roraima

Dalva Helena Nunes de Souza

Rio Grande do Sul

Fabiano Rodrigo Dupont

Santa Catarina

Israel Rocha Borba

Sergipe

Tathiane Araújo

São Paulo

Mário Luiz Guide

Tocantins

Marlon Jacinto Reis

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA AUTORREFORMA

Carlos Siqueira

Domingos Leonelli

Juliane Silva

Paulo Bracarense

Raissa Rossiter

Sinoel Batista

CONCURSO NACIONAL DE REDAÇÕES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE

Domingos Leonelli

Paulo Bracarense

Sinoel Batista

COMISSÃO DE SELEÇÃO DAS REDAÇÕES

Região Sul – Daniel Poit

Região Sudeste – Juliane Silva e Tony Sechy

Região Nordeste – Domingos Leonelli, Osmar de Sá Ponte Júnior e Adaiano Farias

Região Norte – Alexandre Barbosa

Região Centro-Oeste – Ednaldo Gomes de Souza

COMISSÃO ORGANIZADORA DA SELEÇÃO DAS REDAÇÕES

Tamara Ilinsky

Adriana Silva

Paulo Bracarense

Sumário

Prefácio 11

Apresentação 13

Introdução 15

1 | Organização do Estado, Economia, Cidadania e
Segurança 17

Renascimento Criativo da Indústria 18

Reforma Fiscal e Tributária 20

Cidadania e Educação Política 22

Redução das Desigualdades 28

Segurança 32

2 | Desenvolvimento Sustentável e Amazônia 4.0 37

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 38

Matriz Energética 40

Amazônia 4.0 44

Recursos Hídricos e Amazônia Azul 50

Agricultura Familiar e Agroecologia 54

3 | Políticas Sociais: Mulheres, Jovens e Idosos 59

Emancipação das Mulheres 60

Juventude Plena 68

Cuidado com os Idosos 72

4 | Revolução Criativa na Educação 75

Instrumento Norteador da Educação 76

Ensino Fundamental de Tempo Integral e Inclusivo 78

Reforma Universitária 82

Educação Política e Novas Práticas Pedagógicas 86

5 | Política Externa, Cultura e Comunicação em Rede 93

Paradiplomacia 94

Acolhimento a Refugiados 96

Comunicação em Rede e Internet 100

Prefácio

A juventude é o maior patrimônio de um partido, na medida em que é a herdeira de sua história e a principal construtora do seu futuro.

Principalmente para a juventude é que o Partido Socialista Brasileiro e a Fundação João Mangabeira realizaram um amplo esforço para sintetizar em teses as ideias de sua militância e de suas lideranças, acerca do novo programa partidário. Essas teses foram submetidas aos congressos municipais e estaduais, através da publicação Livro 5. Teses que, transformadas em programa partidário, o PSB apresentará à sociedade brasileira a partir de maio de 2022, após o encerramento de seu XV Congresso Nacional, o Congresso Constituinte da Autorreforma do PSB.

Ao estabelecer um concurso de redações sobre a sua proposta de programa, o PSB convida a sociedade a discutir suas ideias, uma vez que a participação no concurso não foi restrita à militância socialista. Essa iniciativa só reforça o que o PSB tem buscado, no decorrer de mais de dois anos de abordagens sobre a Autorreforma, em várias plataformas eletrônicas, e mesmo presencialmente, apesar dos cuidados devidos ao controle da pandemia de covid-19.

As teses partidárias foram construídas para servir de caminho a um Projeto Nacional de Desenvolvimento, pelo qual o Brasil claramente reclama, e cujas diretrizes devem ser capazes de orientar a nação para o sonho de erigir o socialismo criativo, genuinamente brasileiro.

A juventude é o principal público-alvo da Autorreforma do PSB, por isso, a realização desse concurso nacional de redação, intitulado Pensar Jovem, foi um especial investimento para o futuro do socialismo brasileiro. O certame representou um importante estímulo intelectual para a capacidade criativa de jovens que já são militantes socialistas e de jovens que poderão vir a ser.

Convidados a participar da construção de propostas para o Brasil, a juventude disponibilizou o seu tempo para elaborar emendas às teses do PSB.

Observou-se o que de melhor poderia acontecer no concurso: o número de ótimas redações foi muito superior ao número de prêmios oferecidos. Este livro, com as 40 redações de fundamentado entendimento dos propósitos da Autorreforma do PSB, de autores que participaram do concurso Pensar Jovem, resulta desse alvissareiro acontecimento.

Carlos Siqueira
Presidente do PSB

Apresentação

Esse livro Pensar Jovem Socialista 40 Redações reúne um conjunto de quarenta emendas e suas justificativas apresentadas pelos autores ao Concurso Nacional de Redação sobre as Teses da Autorreforma do PSB.

No concurso foram selecionadas até três redações por estado segundo critérios técnicos adaptados dos critérios de correção da prova do ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio. As orientações-chave para os cinco critérios do concurso foram: correção gramatical; clareza e coesão do texto; argumentação clara e lógica; conteúdo relacionado ao texto motivador e capacidade de conclusão e contribuição inovadora.

Para a seleção das redações que compõem esse livro o principal critério utilizado foi o da aderência do texto às teses da Autorreforma do PSB. Pequenos desvios com relação à grafia correta, acentuação, concordância verbal, concordância nominal e outros aspectos técnicos não foram prioritários. Todas as redações selecionadas foram submetidas à uma revisão ortográfica para que pudessem ser mais bem compreendidas e para que os textos do livro não contivessem tais desvios e problemas com relação à coesão e à lógica.

A organização do livro Pensar Jovem Socialista 40 Redações não segue exatamente a mesma organização do Livro 5 que apresenta as teses em cinco eixos: Eixo I – Reforma do Estado; Eixo II – Economia, Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade; Eixo III – Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde; Eixo IV – Políticas Sociais e Cidades Criativas e Eixo V – Socialismo Criativo, Democracia e o Partido que Queremos.

Para essa publicação os assuntos foram reordenados buscando contemplar os assuntos mais visitados pelos candidatos que participaram do concurso de redação. Assim os novos capítulos, que cuja organização buscou ter alguma coerência com a ordem do Livro 5, ficaram assim arrançados. Capítulo 1 – Estado, Economia, Cidadania e Segurança Pública, temas constantes dos eixos I e II do Livro 5; Capítulo 2 – Desenvolvimento Sustentável e Amazônia 4.0,

temas constantes do eixo III; Capítulo 3 – Políticas Públicas Sociais: Mulheres, Jovens e Idosos, temas do eixo IV do Livro 5; Capítulo 4 – Revolução Criativa na Educação, um dos temas do eixo IV do Livro 5, mas que pela quantidade de redações sobre o assunto, mereceu um capítulo próprio nesse livro de redações e finalmente, Capítulo 5 – Política Externa, Cultura e Comunicação são temas tratados no eixo V do Livro de Teses.

A Comissão de Administração e Controle (CAC) do Concurso de Redações reconhece que muitas outras redações poderiam ter participado dessa publicação, em especial aquelas que foram selecionadas na etapa estadual e premiadas com certificados e medalhas de honra ao mérito. O número de 40 redações que a CAC estabeleceu deveu-se ao desejo de produzir uma publicação esbelta, que tivesse grande aceitação para a leitura, e fizesse uma homenagem ao número do Partido Socialista Brasileiro.

As redações que foram premiadas no Concurso e que não constam desse livro podem ser acessadas para leitura no site www.autorreformapsb.com.br/redacao.

Domingos Leonelli
Paulo Bracarense
Sinoel Batista

Introdução

Na história de um País, há momentos decisivos que necessitam de atitudes corajosas de seu povo e de seus líderes.

Hoje, quando o Brasil se vê ameaçado pela miséria, pelo atraso educacional e tem sua democracia sob risco, estas posturas de resistência são essenciais, imprescindíveis.

Nesse contexto de mobilização pela manutenção das nossas liberdades e pelo resgate da dignidade do nosso povo, o PSB se reinventa, nos seus 74 anos de vida, para enfrentar os enormes desafios que se impõem.

O processo de Autorreforma que o PSB vive, desde 2019, tem resultado na elaboração de um projeto para o País, que se concretiza principalmente pela coragem do partido em rever e aperfeiçoar suas metas e estratégias.

E a prova de que a Autorreforma envolveu nossa militância e também toda a sociedade brasileira está na adesão à iniciativa do concurso de redação sobre o tema, com as 40 que se destacaram, publicadas agora neste livro *Pensar Jovem Socialista 40 Redações*.

São 40 exemplos selecionados das mais espontâneas e autênticas manifestações da vontade de mudanças e resgate do nosso País.

Parabenizo os organizadores e a todos os que escreveram suas ideias, selecionadas ou não, que já estão contribuindo nesta nossa firme caminhada.

Parabéns ao PSB, que tem a coragem de se reinventar sem perder os princípios daqueles que sonharam com nossos ideais de Socialismo e Liberdade.

Márcio França

*Presidente da Fundação João Mangabeira e
ex-governador do Estado de São Paulo*



1 |

Organização do Estado, Economia Cidadania e Segurança

Renascimento Criativo da Indústria



Ghandi Allasio
São Paulo

| **Natureza da Emenda**

Aditiva

| **Proposta de tese**

O desenvolvimento dos rincões do Brasil é parte do renascimento criativo da indústria. Sendo assim, cabe ao Estado identificar as potencialidades de cada localidade e incentivar a criação de empresas industriais, gerando empregos de maior qualidade, evitando a superlotação dos centros urbanos e promovendo uma maior qualidade de vida; além de dinamizar toda a economia local.

| Justificativa

Em face do projeto altamente sofisticado exposto no livro 5 da Autorreforma do PSB, contribuo com uma tese aditiva que tem como principal objetivo a criação de empregos em regiões mais afastadas dos grandes centros e em cidades pequenas, que ainda possuem uma economia com pouca complexidade e que, por consequência, cria uma relação econômica menos dinâmica com as metrópoles.

Com um Projeto Nacional de Desenvolvimento, como o apresentado pelo PSB, é inevitável que haja uma oferta mais abundante de vagas de trabalho nas grandes cidades, logo é natural que ocorra um êxodo rural. Com um programa estratégico para criação de indústrias de bens intermediários e bens de consumo duráveis alocados nessas áreas, o Estado brasileiro ameniza dois problemas: a falta de trabalho em regiões pouco desenvolvidas e o adensamento desenfreado dos grandes centros urbanos, além de promover uma melhor qualidade de vida, já que as famílias permanecem nas suas localidades e moram perto do trabalho. Na minha proposição, essas empresas poderão ser estatais, privadas ou cooperativas – sendo essa de propriedade coletiva dos cidadãos da localidade. Os incentivos devem vir por meio de isenções e descontos fiscais, como IPI e créditos a juros baixos, além de garantir a liquidez dessas empresas por meio de compra governamental, assim colocando-as na supply chain das grandes empresas estatais.

Para que os objetivos do programa sejam exitosos, é necessário que o quadro de funcionários da empresa obtenha, obrigatoriamente, uma porcentagem de residentes da região - essa taxa pode ser gradativa a fim de ao longo do tempo a própria empresa passe a fazer a qualificação da mão de obra e, a médio prazo, atinja cerca de 80% do quadro de trabalhadores locais. Outro ponto importante é identificar as características de cada região, como a proposição da Amazônia 4.0, assim respeitando e usufruindo sustentavelmente de cada localidade, evoluindo tecnologicamente e sendo integrante da economia criativa.

Lei Orçamentária Interfederativa



Anderson Carlucho Oliveira dos Santos
Bahia

| Natureza da Emenda

Aditiva

| Proposta de tese

É necessário institucionalizar lei orçamentária interfederativa, como forma de descentralizar recursos de modo planejado para os estados e municípios e evitar a superposição de atribuições dos entes no federalismo de cooperação brasileiro.

| Justificativa

As Leis Orçamentárias representam instrumento de planejamento bem-sucedido no Brasil, pois conseguiu conciliar a ideia de peça financeira com os programas de governo nos entes federativos. No entanto, diante da superposição de atribuições e ações estatais descoordenadas no federalismo brasileiro, é preciso pensar na mitigação do princípio da unidade orçamentária, a fim de criar mecanismos interfederativos que possibilite a interseção entre as vontades nacional e local.

A Constituição Federal de 1988 criou competências comuns entre os entes da federação, explicitando a opção pela estrutura de federalismo de cooperação. Contudo, não é raro observamos atuações descoordenadas em temas importantes, como na área da saúde, da educação e na proteção do patrimônio cultural.

Nesse sentido, sabe-se que o orçamento da União é votado pelo Congresso Nacional, que embora possua representação do povo e dos estados, acaba sufocando as vontades independentes dos representantes dos estados, eis que as submete a um crivo mais abrangente. Isso faz com que o orçamento da União represente a vontade nacional para diversas localidades.

O que se propõe é a criação de um percentual do orçamento, materializado como uma lei orçamentária específica, a ser planejada e votada de forma interfederativa, atribuindo pesos equivalentes aos votos da totalidade do Congresso Nacional ao dos parlamentares federais representantes da localidade, o que potencializará a coordenação das ações estatais, qualificando a forma de votação.

Não se pode perder de vista a relevância da vontade nacional, que tem visão mais abrangente de todo o País. No entanto, diante da necessidade de pensar formas de descentralização dos recursos públicos, que estão sendo concentrados na União, surge a necessidade da criação de um mecanismo, que seria o orçamento interfederativo, como forma de unir a vontade nacional à vontade local de forma planejada e entorno de uma agenda comum e efetivamente coordenada.

Dinâmica Interpartidária



Laércio Alves da Silva Neto
Bahia
(menção honrosa)

| Natureza da Emenda

Modificativa

| Tese Considerada

424

| Proposta de tese

Para que a democracia interna seja fortalecida, a plataforma virtual estará imersa nas 5 (cinco) dimensões da democracia intrapartidária, quais sejam, participação, representação, competição, responsividade e transparência. Dessa maneira, é necessário assegurar que a matriz socialista da sociedade esteja imersa em uma dinâmica intrapartidária.

| Justificativa

A inclusão de complemento na Tese 424, como redigido na emenda, justifica-se pela necessidade de esclarecer no que consiste o fortalecimento da "democracia interna, por meios digitais e presenciais". Com a complementação indicada, o conteúdo e a extensão da democracia intrapartidária tornam-se ostensivos e precisamente indicados.

A participação, como primeira dimensão da democracia intrapartidária, deve assegurar que a matriz socialista tenha facilidades e condições de compor os quadros do PSB. Por meio da participação é que a parcela socialista da sociedade pode alcançar a representação, segunda dimensão da democracia intrapartidária. Nesse contexto da representação, é relevante que haja proporcionalidade entre a diversidade dos socialistas brasileiros e a diversidade de quadros do PSB.

A competição, como terceira dimensão, é relevante para que os militantes mais dispostos e com as ideias socialistas mais contributivas sejam selecionados para os cargos de liderança no partido. Em suas respectivas searas de atuação, é necessário que haja responsividade aos problemas enfrentados e, durante toda a experiência de condução de suas atividades, transparência.

Ao possibilitar a imersão nas 5 (cinco) dimensões de democracia intrapartidária indicadas acima, a plataforma virtual do partido contribui, de maneira clara e ostensiva, para o fortalecimento da sua democracia interna e, conseqüentemente, para os objetivos e ideais do partido como um todo.

Cidadania no Projeto Nacional de Desenvolvimento



Fernanda Karolinne Quaresma Nunes
Pernambuco

| Natureza da Emenda

Aditiva

| Proposta de tese

Para o PSB, a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento só fará sentido se considerar a cidadania na sua completude, por meio de um panorama pautado no socialismo democrático e criativo. Considerando que a tardia conquista dos direitos civis, políticos e sociais fez com que a formação de uma consciência cidadã fosse lenta e conturbada, apenas uma perspectiva que vislumbre o ideal de coletividade e equidade pode instaurar uma nova realidade no sistema democrático brasileiro.

| Justificativa

Criado na Grécia Antiga, o conceito de "cidadania" é definido hoje, no Brasil contemporâneo, pela Constituição Federal, a qual assegura que a cidadania se dá no direito que todo indivíduo tem de atuar nos processos políticos, além do dever do Estado de dar ao cidadão o mínimo necessário para garantir-lhe dignidade – porém, observa-se que na prática isso não acontece. A partir desse contexto, é imprescindível entender como a falta de cidadania está relacionada à persistência das desigualdades no Brasil.

Com efeito, percebe-se que a perpetuação histórica das várias desigualdades no país é um fator crucial para a não efetivação da consciência cidadã na população. Tal questão ocorre, pois, como analisado pelo cientista político José Murilo de Carvalho, para que seja formada uma cidadania plena, é preciso que haja a coexistência dos direitos civis, políticos, e sociais – um cenário pré-requisito que não ocorre no Brasil, visto que, historicamente, foi dada prioridade à criação dos direitos sociais em detrimento dos direitos civis e políticos, o que formou uma sociedade, até hoje, leiga na participação política. Sendo assim, em um país sem a formação do ideal de uma "Nação", mas, sim, de um mero "Estado", a convicção de cidadania é continuamente prejudicada pela prevalência de um governo patrimonialista.

Portanto, é evidente que esses fatores repercutem diretamente na manutenção do Brasil como um país na periferia do capitalismo. Ou seja, apesar dos diversos potenciais que poderiam colocá-lo como ator global (desde a diversidade de fauna e flora, biomas e riqueza hídrica, até os aspectos econômicos da agricultura e pecuária, mineração, turismo e inovação tecnológica), só será possível alcançar tal patamar em um contexto pautado no socialismo criativo e no fortalecimento da cidadania, por meio de um Projeto Nacional de Desenvolvimento feito com planejamento estratégico, a fim de garantir um futuro digno como coletividade em uma democracia, de fato, participativa.

Bolsa para Família de Estudante



João Paulo Silva Soares
Minas Gerais
(menção honrosa)

| Natureza da Emenda

Aditiva

| Proposta de tese

O PSB defende a promoção de políticas públicas que concedam auxílio financeiro ao final de cada ano letivo finalizado às famílias de alunos matriculados na rede pública de ensino, com vistas a diminuir progressivamente os números de evasão e abandono escolar no Brasil. Consideramos que famílias que não possuam necessidades básicas afetadas serão estimuladas a manter seus filhos na escola, onde esses poderão acessar oportunidades e se tornar agentes de mudança de uma sociedade criativa e diversa.

| Justificativa

O Brasil viu sua realidade mudar drasticamente com os impactos da pandemia de COVID-19. A educação foi um dos setores mais afetados no período em que as aulas foram suspensas e milhões de alunos ficaram desamparados por vários meses, não contando com o apoio e suporte que a estrutura escolar trazia às suas famílias.

Em primeiro lugar, o sistema educacional brasileiro funciona como alicerce basilar da formação de cidadãos, introduzindo-os nas relações sociais e sendo o principal local de apresentação de conceitos fundamentais, como os direitos humanos e a democracia, sem distinção de gênero, raça e origem social. Porém, da mesma forma que a escola pode ser uma fonte inesgotável de conhecimento e oportunidades, sua ausência também pode desencadear consequências danosas aos seus círculos familiares.

Em segundo lugar, eventos propulsionadores de perdas econômicas familiares são fatores decisivos para o aumento da evasão e o abandono escolar - como crises econômicas e a pandemia. Tais fatores, concomitantemente, contribuem para o aumento do número de crianças e jovens saindo da trilha educacional esperada dos alunos brasileiros, principalmente pelo fato de muitas famílias dependerem de recursos fornecidos pelas escolas para manter crianças e jovens saudáveis - mentalmente, pelo convívio com seus pares, e até fisicamente, visto que muitos alunos chegam a fazer a maior parte de suas refeições na escola, as mesmas que não teriam em casa.

Dessa maneira, faz-se necessário que o partido, em consonância com seus líderes eleitos e respectivos governantes de alianças compostas pelo PSB, concentre seus esforços na instalação de políticas públicas destinadas a amparar financeiramente as famílias de alunos para que esses não se evadam das escolas e tenham seus núcleos familiares minimamente estáveis, por meio da concessão de auxílio financeiro a cada ano letivo finalizado, contribuindo para a contínua formação de agentes de mudança e criadores de um futuro próspero e criativo para o Brasil.

Cidadania para Pessoa com Deficiência



Maria Tânia Soares Torres
Ceará

| **Natureza da Emenda**

Modificativa

| **Tese considerada**

04

| **Proposta de tese**

A assistência social é um meio de dirimir as desigualdades sociais, ao passo que deve abraçar a toda pessoa que dela necessite, inclusive, a pessoa com deficiência, reconhecendo a equidade como base da diversidade. Na tese "Políticas sociais e cidades criativas", há certa omissão sobre o beneficiário com deficiência que deve ser suprida de modo complementar, por meio de modificação.

| Justificativa

Diante da necessidade de uma política cada vez mais clara, objetiva e de comunicação positiva, se faz necessária uma abordagem sobre a pessoa com deficiência e sua relação com o campo político, justo porque muitas dessas pessoas temem o contato com o meio em tela haja vista vincularem o próprio benefício de prestação continuada (BPC) com a filiação, ludibriadas pelo capacitismo que denota a desinformação como principal meio de caracterizar a pessoa com deficiência a um âmbito que não adentre a política.

Quando a autorreforma traz as políticas sociais para permear uma de suas teses, é preciso desconstruir uma cultura de segregação do ser humano com deficiência de campos sociais, jurídicos, políticos e afins, ao passo que trazer a discussão sobre a política de assistência e a ciência política é de suma importância para a inclusão social com cidadania dessas pessoas. A assistência brasileira traz ao lume social efetivas ferramentas de minimização da miséria e das desigualdades com as quais lidam cerca de milhões de cidadãos com deficiência, no entanto, a cultura e o cenário de perpetuação do capacitismo impõe barreiras ilegais e descabidas, tais como a impossibilidade de ascensão política do beneficiário do BPC. Aqui, o Partido Socialista Brasileiro tem o dever de informar, acolher e criar instrumentos de inclusão social com cidadania desse público na política, de modo a garantir a ocupação dos reais espaços de fala da pessoa com deficiência.

Destarte, torna-se precisa uma complementação no eixo supramencionado, com caráter informativo, assim como é fundamental desenvolver uma formação interna para que os partidários tomem conhecimento de tal perspectiva e consigam ressignificar o papel da pessoa com deficiência e beneficiária do BPC no contexto político nacional.

Progressividade Tributária e Políticas Sociais



Frederico Krepe da Silva •
Minas Gerais

| **Natureza da Emenda**

Modificativa

| **Tese considerada**

89

| **Proposta de tese**

O socialismo criativo defendido pelo PSB compreende, necessariamente, a adoção de políticas que promovam o desenvolvimento e a redução da desigualdade econômica a partir de dois eixos: o eixo redistributivo, que diz respeito à maior progressividade tributária e políticas sociais, e o eixo de reorganização da propriedade e da atividade econômica, que diz respeito à maior democratização da economia.

| Justificativa

A sociedade brasileira é marcada pela desigualdade econômica, expressa na grande disparidade entre ricos e pobres no que se refere à renda e propriedade, o que acarreta outras disparidades, especialmente no acesso a serviços como educação, saúde, saneamento e outros.

Podemos perceber que a desigualdade trava as potencialidades dos brasileiros, impedindo um maior desenvolvimento do país. Por exemplo, um jovem que nasce em uma família pobre tem menos oportunidades de ascender socialmente do que um jovem de classe média ou classe alta. Tal dificuldade em ascender socialmente envolve oportunidades de emprego, mas também a dificuldade em empreender, já que a renda concentrada na mão de poucos impede que esse jovem consiga financiamento adequado para seus projetos.

A questão tributária é apontada como uma das principais razões da desigualdade, tendo em vista que o Brasil possui um sistema tributário em que grande parte dos impostos incidem sobre o consumo, pesando mais para os mais pobres em termos proporcionais. Por isso, uma mudança em direção a um sistema mais progressivo de impostos acaba por ser necessária. Entretanto, o modo como a economia brasileira está organizada também é um elemento que alimenta a desigualdade.

Pensar em algo que alie redução da desigualdade de renda e desenvolvimento econômico é pensar também em uma forma de usar o Estado brasileiro para reorganizar a economia. Nesse caso, é pensar no estímulo a novas formas, mais democráticas, de propriedade das empresas, como é o caso das cooperativas. Ainda, é pensar em formas de democratizar as vanguardas produtivas para essas novas formas de propriedade visando ao desenvolvimento e à justiça.

Em síntese, pensar a redução da desigualdade econômica e o desenvolvimento no Brasil envolve pensar a redistribuição, mas também uma nova economia, mais democrática, que permita que o Brasil e, especialmente os brasileiros, realizem todo o seu potencial em prol de um país mais justo e desenvolvido.

Segurança Pública Multicêntrica



Gabriela Xavier Maia Gelpke
Acre
(menção honrosa)

| Natureza da Emenda

Aditiva

| Proposta de tese

A proposta aditiva, no âmbito da segurança pública "prevê a segurança pública como multicêntrica, sendo necessária mais seguridade social, para que as problemáticas enxergadas nessa área sejam, em sua maioria, solucionadas na sua origem socioeconômica, propondo um tripé de políticas públicas para serem trabalhadas nessa esfera, as quais abrangem políticas: afirmativas, compensatórias e emancipatórias."

| Justificativa

A priori, Carlos Siqueira, presidente nacional do PSB, escreve que "temos que pensar mais além, se quisermos uma sociedade civilizada, com homens e mulheres livres, vivendo uma democracia plena" tais palavras são fontes de inspiração para desenvolver mudanças no país. A partir disso, percebe-se a necessidade de complementar o conjunto de teses já propostas pelo partido, na área da segurança pública.

Sawaia (2008), no livro *As artimanhas da Exclusão*, demonstra como o processo de exclusão social reflete diretamente na desigualdade, sendo uma das evidências que afetam a segurança pública, visto que esse ciclo de desigualdade é um dos caminhos que alimentam a criminalidade em todas as regiões do país. Assim, ao prever a segurança pública através de ações que modifiquem inicialmente as questões sociais por trás da criminalidade, o primeira proposta de ação são as políticas afirmativas, as quais buscam devolver a visibilidade social, cultural e econômica ao indivíduo, com iniciativas comunitárias que reforcem os laços sociais dos grupos, por meio da valorização cultural, da inclusão socioeconômica e da representatividade.

As políticas compensatórias entram como outro aparato para minimizar carências nas condições de vida de estratos sociais específicos, proporcionando diversas oportunidades, principalmente laborais, como garantias de renda e empregos regularizados, para que o indivíduo não veja no crime uma vantagem para sair da miséria. Por fim, as políticas emancipatórias desempenham o papel de trazer ao indivíduo a autorrealização e as possibilidades de uma vida de satisfação pessoal, destacando aqui o papel da educação na vida do brasileiro, utilizando da criatividade tanto econômica quanto educacional.

Em suma, a segurança pública ao ser abordada dessa forma, visando diminuir a criminalidade e em contraste aumentar as oportunidades para o cidadão, por meio das políticas aqui propostas, é uma alternativa criativa e necessária para tais problemáticas.

Reestruturação do Sistema Penal e Carcerário



Daniel Rosenhek Schor
São Paulo
(medalha de ouro)

| **Natureza da Emenda**

Aditiva

| **Proposta da Tese**

O PSB deve lutar por uma reestruturação do sistema penal e carcerário visando o enfraquecimento do crime organizado no Brasil e à eficaz reinserção social daqueles que se desviaram da lei. É necessário iniciar tal mudança através de uma modernização das leis criminais, da promoção de métodos alternativos de pena e aplicação mais justa e equitativa do aparato punitivo estatal.

| Justificativa

A proposta de emenda, acima apresentada, foi elaborada em virtude da grave situação da segurança pública no País, dos estudos mais atuais sobre o tema e dos ideais do PSB, conforme expostos em seu novo Manifesto.

O Brasil possui uma população carcerária de aproximadamente 680 mil pessoas, das quais mais de 200 mil estão presas provisoriamente, ou seja, ainda não foram julgadas pela Justiça, segundo dados do Monitor da Violência. Essa população é formada majoritariamente por jovens (56% de 18 a 29 anos), pretos e pardos (62%) e pessoas de pouca escolaridade (75% até o ensino fundamental completo), que cometeram delitos como furto, roubo e tráfico de drogas (75% , somados os três tipos penais).

Deve-se levar em conta que esses jovens vulneráveis encontram no cárcere brasileiro atual um ambiente degradante, superlotado e controlado por facções criminosas, de forma que a prisão serve, infelizmente, como "escola do crime", passando longe do declarado propósito de reinserção social. Ao sair, enfrentam o estigma social de ex-prisioneiros e a falta de oportunidades de emprego. Assim, com alta taxa de reincidência, os presídios tornam-se celeiros de facções criminosas. Ademais, mesmo com todo o encarceramento, o Brasil mantém-se como um dos países mais violentos e inseguros do mundo.

Não basta reconhecer o fracasso da estratégia punitivista, é necessário ter coragem para: denunciar o racismo e elitismo do sistema atual; reformar leis criminais inócuas e ultrapassadas; e apostar em meios alternativos de pena; como a prestação de serviços comunitários, conjugados com acompanhamento psicológico, por exemplo.

Para alcançar um socialismo criativo e democrático, devemos proporcionar aos jovens periféricos oportunidades dignas de desenvolvimento e crescimento e não jogá-los nos braços do crime organizado ao primeiro deslize. O PSB deve, portanto, adotar essa ousada tese em seu capítulo sobre segurança pública.



2 |

Desenvolvimento Sustentável e Amazônia 4.0

Monitoramento dos ODSs



Luiz Oliveira Costa Neto
Paraíba
(medalha de bronze)

| **Natureza da Emenda**

Aditiva

| **Proposta de tese**

Desenvolver um modelo de monitoramento, acompanhamento e avaliação das metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como forma de contribuir para orientar a implementação de políticas públicas que resultem nos desenvolvimentos econômico e social do Estado brasileiro.

| Justificativa

A pandemia causou novos desafios nos campos da saúde, da economia, do social e do ambiental, além de agravar os já existentes, em todo o mundo e fazendo surgir a necessidade, agora mais do que nunca, de enfrentar esses problemas globais de forma estratégica e eficaz. No ano de 2015, 193 países liderados pela Organização das Nações Unidas (ONU) comprometeram-se em enfrentar os problemas mundiais, assinando a Resolução 70/1, que visa ao desenvolvimento sustentável e estabelece metas para o ano de 2030, sob o tema: "Transformando Nosso Mundo".

O plano de ação global, reúne 17 objetivos e 169 metas, com prazos definidos para o atingimento dos resultados. Ainda, determina o monitoramento e a avaliação de indicadores que mostram as políticas públicas voltadas para temas importantes como: mudanças climáticas; aquecimento global; redução da desigualdade entre países, estados e territórios (municípios); desenvolvimento econômico sustentável; dentre outros, como saúde e educação de qualidade.

A proposta da emenda aditiva ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), alvitra, ao Congresso da Autorreforma, a criação de uma plataforma que permita desenvolver um modelo de acompanhamento e avaliação das metas estabelecidas pela Agenda 2030. A ferramenta objetiva disponibilizar, de forma sistematizada, através de tabelas, gráficos e mapas, aos seus usuários, informações sobre as metas estabelecidas pelos ODS, como forma de auxiliar na definição de políticas públicas, que contribuam com os desenvolvimentos econômico, social e ambiental dos municípios do território brasileiro. O sonho socialista brasileiro de construir um Brasil como potência mundial alimentar, energética, mineral, tecnológica e cultural, depende da territorialização dessa agenda para que os municípios possam corrigir suas distorções e assim, construir políticas públicas eficientes para alcançar essas metas.

Fontes renováveis de energia



Adne Zoé da Cruz Castro
Bahia

| Natureza da Emenda

Aglutinativa

| Teses consideradas

212 e 214

| Proposta de tese

O efeito combinado da demanda crescente e do esgotamento dos recursos requer uma solução melhor para o uso de fontes de energia, priorizando as chamadas fontes renováveis de energia. O PSB defende a mudança na matriz energética nacional substituindo, o uso da energia advinda de combustíveis fósseis, para fontes de energia limpas e renováveis. Desta forma, o Brasil alcançará as metas necessárias de emissões de gases de efeito estufa e utilização mais eficiente de sua potência energética.

| Justificativa

A aglutinação entre a tese 212 e 214 é necessária, pois o aumento exponencial da demanda de energia aliado ao esgotamento dos recursos é um alerta para a péssima administração dos meios de produção de energia renovável no Brasil, e torna urgente a resolução de tal problemática.

O PSB, visando a implementar as reformas estruturais necessárias para à transformação da sociedade, como é o caso do desenvolvimento sustentável, deve apoiar e incentivar ao uso de energia limpas e renováveis. Consoante a isso, o filósofo Hans Jonas, em sua obra "*O Princípio da Responsabilidade*", afirma ser responsabilidade da sociedade e, principalmente do estado, zelar pela situação presente e pelas gerações futuras. Dessa forma, com o aumento da exploração de fontes de energia limpas e renováveis, crescerá o número de pesquisas sobre os materiais e as fontes de geração de energia, assim, no futuro, o custo da geração de energia limpa será muito menor do que o custo de uma usina a gás, diminuindo dessa forma a emissão de gases do efeito estufa e possibilitando melhor qualidade de vida para a população brasileiro.

Ademais, é fundamental pontuar o aumento de esforços na utilização de energia renovável como essencial para a sociedade brasileira. De acordo com o artigo do *site* Focus — Energia para a Vida, o Brasil é responsável por cerca de 7,2% de toda a energia renovável produzida no mundo. Logo, fica claro que o país é líder no processo de utilização de fontes renováveis. Assim, é importante saber que, mesmo sendo um dos países com maior uso de energia renovável, o cenário atual ainda está longe de ser o ideal. Portanto, depreende-se a tomada de atitudes que diminuam o consumo de energia não renovável, para que, assim, a função sustentável do país seja fortalecida, trazendo bons frutos para a população atual e futura.

Mudança na Matriz Energética Nacional



Lara Caroline da Silva Ribeiro
Rio de Janeiro
(menção honrosa)

| **Natureza da Emenda**

Modificativa

| **Tese considerada**

214

| **Proposta de tese**

É necessária uma mudança na matriz energética nacional substituindo, gradativamente, o uso da energia proveniente de combustíveis fósseis, que causam impactos negativos no meio ambiente, para fontes de energia limpas e renováveis, tendo como principais fontes os ventos e a luz solar, visto que os reservatórios hídricos brasileiros podem estar em crise, em virtude de mudanças climáticas; essa medida contribuirá para alcançar as metas necessárias de redução de emissões de gases do efeito estufa.

| Justificativa

Em virtude do cenário atual de crise hídrica, no Brasil, é de suma importância que a população e os governantes se conscientizem sobre como o mesmo afetará a matriz energética nacional, visto que cerca de 63,8% da energia consumida no país advém de usinas hidrelétricas e outros 27% da energia termoeétrica, que utiliza os combustíveis fósseis para sua produção, e ambas causam prejuízos ecológicos.

A mudança gradual das principais matrizes energéticas brasileiras é imprescindível, uma vez que a utilização das mesmas causa grandes impactos socioambientais, como a extinção de espécies terrestres e aquáticas, assoreamento do leito dos rios e a emissão de gases poluentes causadores do efeito estufa.

Em contrapartida, as fontes renováveis e limpas não causam danos ao ecossistema. Duas fortes possibilidades a serem utilizadas e melhor exploradas no Brasil são as energias eólica e solar, que atualmente representam 7% e 0,1% da matriz nacional, respectivamente, tendo em vista que seus principais benefícios são o não esgotamento; a ausência da emissão de gases na atmosfera; redução do desmatamento e da dependência de combustíveis fósseis.

Convém, portanto, que novas medidas sejam tomadas, visando a preservar a biodiversidade e amenizar os impactos negativos citados anteriormente. A mudança na matriz de produção energética nacional é vital em diversos setores econômicos e socioambientais, para que a população, a fauna e a flora do território brasileiro não sofram as consequências das mudanças climáticas que advém principalmente do efeito estufa.

Aproveitamento Sustentável da Biodiversidade da Amazônia



Jardel Silva Santos •
Maranhão
(menção honrosa)

| **Natureza da Emenda**

Aglutinativa

| **Teses consideradas**

135, 136 e 178

| **Proposta de tese**

Desenvolver um projeto de aproveitamento sustentável da biodiversidade amazônica, com empreendimentos socioambientais, no qual será fomentada a inserção de indústrias em pequenas comunidades e cidades amazônicas, com atividades ligadas à economia criativa, respeitando culturas, crenças e tradições, de forma a desenvolver essas regiões menos favorecidas.

| Justificativa

"Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal ou ferro [...]. Porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente". O trecho da célebre Carta do Achamento do Brasil, escrita por Pero Vaz de Caminha, ressalta a conjuntura histórica de exploração da biodiversidade brasileira. Tendo em vista a transformação cultural advinda desse processo, é possível notar desafios tanto no aproveitamento da biodiversidade amazônica de forma sustentável, quanto na preservação da cultura nativa, tão importante identidade nacional.

É importante ressaltar que o Brasil detém uma das maiores reservas minerais do planeta com destaque para a reserva de nióbio, que representa cerca de 98% de toda a reserva global, segundo dados da revista *Superinteressante*. Entretanto, o modelo histórico de produção predatória e ambiciosa são entraves na utilização desses recursos de maneira sustentável, o qual requer uma alteração na estrutura produtiva do setor mineral.

Ademais, a preservação cultural é tão importante quanto o desenvolvimento sustentável, uma vez que segundo o sociólogo Betinho, um país não muda pela sua economia, mas sim por sua cultura, logo, faz-se necessário aliá-los. Exemplo disso, é a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj) no Maranhão, estado onde é promovido o agroextrativismo sustentável e solidário do coco babaçu pelos próprios moradores da comunidade. Um fomento para o desenvolvimento da economia e preservação da cultura local.

Portanto, é necessário que o estado desenvolva ações de mobilização afim de formar parcerias com as famílias locais, estabelecendo convênios, como a criação de cooperativas. Além disso, cabe ao poder público oferecer capacitação como cursos técnicos para a comunidade, visando a desenvolver as atividades no setor da mineração, de forma harmoniosa com o meio ambiente. Só assim pode-se atingir o desenvolvimento econômico de forma sustentável no Brasil, como havia dito Pero Vaz de Caminha: "nessa terra, em se plantando tudo dá".

Guia para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia



Deyvid Henrique Marques de Lima
Pará
(menção honrosa)

| Natureza da Emenda

Aditiva

| Proposta de tese

Acrescente-se a tese: "Para a realização do desenvolvimento da Amazônia é necessário que o PSB defenda e participe da construção de um guia com enfoque sustentável da Amazônia, isto é, busque criar uma agenda com diretrizes e instruções que possam conduzir planos, ações, criatividade, inovações tecnológicas e o desenvolvimento sustentável da região, de modo a nortear negócios na região amazônica que não causem prejuízo ao meio ambiente (fauna e flora)".

| Justificativa

Busca-se, com essa proposta de Emenda, proteger, defender, desenvolver e investir na maior floresta tropical do mundo e que cobre boa parte do noroeste do Brasil.

A proposta é investir em pesquisa, direcionamento a promoção do desenvolvimento para uso sustentável dos recursos naturais, de modo a fomentar a bioeconomia de floresta e soluções baseadas na natureza, reconhecendo e valorizando o conhecimento de comunidades tradicionais e indígenas; bem como eliminar e reduzir os desmatamentos ilegal e legal, promovendo modelos de negócio que valorizem a floresta em pé, assim como adotar políticas corporativas públicas e privadas que promovam a redução e adaptação às mudanças climáticas em suas operações diretas.

Atualmente, vivemos em nosso País uma crise em âmbitos social, econômico e ambiental sem precedentes, geradora dos piores resultados em nossa sociedade (fome, violência, má distribuição de renda, desemprego, queimadas, desmatamento e mudanças climáticas).

Doravante, urge a realização de uma política que aproveite o potencial dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade do Brasil (região amazônica) para desenvolver a economia e a infraestrutura locais, de modo a exercitar atividades econômicas sustentáveis na floresta, aproveitar os recursos disponíveis na região e alentar as comunidades locais.

Ressalte-se que as experiências históricas, em países que já enfrentaram graves crises econômicas e ambientais e que, hoje, se encontram como referências em desenvolvimento sustentável, por exemplo, Suécia, Dinamarca e Noruega, demonstram que o investimento em políticas de desenvolvimento sustentável cria condições para o crescimento econômico e para a preservação do meio ambiente, auxiliando no desenvolvimento do país e na saída das crises climática e econômica.

Na tentativa de construir um Brasil como potência cultural, mineral, energética, tecnológica, alimentar, econômica e sustentável, estas são, pois, as razões que justificam a presente proposição de tese.

Reparação pelo Desmatamento da Floresta Amazônica



Ricardo Pereira da Silva •
Paraíba
(menção honrosa)

| **Natureza da Emenda**

Aditiva

| **Proposta de tese**

Há a necessidade de uma reparação histórica e atemporal para o desenvolvimento da Floresta Amazônica. Nesse sentido, as empresas responsáveis pelo agravamento do desmatamento, ao longo dos anos, devem tomar iniciativas, em parceria com o IBAMA, para reduzir os danos causados ao meio ambiente. Portanto, são necessárias ações de reflorestamento de diversas áreas, além da conscientização dos brasileiros acerca das consequências do uso indiscriminado dos recursos naturais oriundos da Amazônia.

| Justificativa

Sabe-se que diversas empresas se aproveitam da Floresta Amazônica para enriquecimento, a partir do uso ilegal de recursos lá existentes. Segundo dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 2020, os 25 maiores desmatadores da história recente do país são grandes empresas; estrangeiros; políticos; uma empresa ligada a um banqueiro; frequentadores de colunas sociais no Sudeste e três exploradores de trabalho escravo. Tal conjuntura demonstra que esses grupos não apenas enriquecem de forma injusta, mas também propagam o trabalho análogo à escravidão. Em vista disso, vê-se a necessidade de conter o avanço desse mal que assola o país, situação que prejudica a biodiversidade nacional e a imagem do Brasil no exterior.

Ademais, deve-se considerar o desflorestamento dos ambientes de grande riqueza de espécies, sejam animais ou vegetais, cenário reforçado pelo agronegócio, favorecendo, assim, algumas pessoas, a partir de consequências irreversíveis ao meio ambiente. Nesse contexto, segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a Amazônia Legal registrou 8.381 km² de desmatamento no acumulado dos últimos 11 meses, de agosto de 2020 até junho de 2021. Nesse sentido, é evidente o descaso governamental em relação ao avanço desse quadro devastador na Floresta Amazônica.

Inferese, portanto, que são necessárias medidas para atenuar o entrave. Logo, o Governo Federal deve promover campanhas mobilizadoras para replantação de árvores, essencialmente nativas, fortalecendo as ações de sustentabilidade. Esse projeto será implantado por empresas responsabilizadas pelo desmatamento ilegal na Floresta Amazônica, sob monitoramento do IBAMA. Além disso, o Congresso Nacional deverá fiscalizar, junto ao Poder Judiciário, as multas e detenções atribuídas aos responsáveis pelo desmatamento da Floresta Amazônica. Essas ações terão, como objetivo, garantir e propagar a sustentabilidade no país.

Acompanhamento da Gestão de Recursos Hídricos



Bruno Jesus do Nascimento
Minas Gerais

| **Natureza da Emenda**

Aditiva

| **Proposta de tese**

Uma proposta para pontuar de forma mais clara a importância da água e do saneamento no controle do poder público, sobre os recursos hídricos disponíveis para os desenvolvimentos estratégico, tecnológico e social do povo brasileiro. A água doce do país deve ser levada ao patamar de uma potência de desenvolvimento, subsistência e soberania do território do Brasil.

| Justificativa

O Brasil é autossuficiente em recursos hídricos, disponíveis na superfície e no subsolo do território do país; a fonte de água doce, acessível ao povo brasileiro, serve para o consumo humano; para a indústria; para o agronegócio; para a mineração; para o saneamento; para a saúde e para o desenvolvimento tecnológico e estratégico da nação. Para a soberania nacional, a água é fator fundamental no desenvolvimento de qualquer nação minimamente autônoma, e para o Brasil não é diferente: o país deve manter seu controle estatal sobre todos os recursos hídricos existentes no território brasileiro, pois a água é e será um fator fundamental no desenvolvimento de um futuro com melhor qualidade de vida para o povo.

O potencial hídrico brasileiro é usado no saneamento básico de todas as cidades do país que, na maioria dos Estados, é gerido por órgão estatal misto, que acaba centralizando os processos administrativo, técnico e de recursos oriundos do saneamento. Essa centralização distancia a população de toda diligência da concessão e exploração da água doce; todos os processos das concessões; a manutenção e a distribuição da água, não são feitos de maneira clara e democrática com a participação de população na tomada de decisões, como deveria ser. Por consequência, o cidadão não se vê como parte das tomadas de decisões referentes ao aprimoramento e a destinação da água, o que acaba abrindo um espaço para que as empresas privadas tentem ocupar e vender soluções vazias, pensando apenas no lucro momentâneo, sem políticas de médio e longo prazo, deixando o bem estar social de lado.

O distanciamento da população, do acompanhamento da gerência dos recursos hídricos, facilita a ideia de que a privatização da água é a única solução possível, dessa forma, projetos como o marco legal do saneamento são transmitidos para a população como uma forma de resolução dos problemas gerados pela falta de políticas públicas no controle dos recursos hídricos.

Plano Ouro Azul



João Pedro da Silva Viana •
Rio Grande do Sul
(menção honrosa)

| **Natureza da Emenda**

Aditiva

| **Proposta de tese**

O PSB defende a criação de um Plano Ouro Azul, que terá papel fundamental para pesquisa, desenvolvimento e proteção do Aquífero Amazônia.

| Justificativa

O Brasil é destaque para o mundo quando o assunto é potência hídrica, por apresentar números expressivos. No ano de 2010 foi descoberto o maior aquífero do mundo em solos brasileiros, porém o país se mostra frágil em relação à pesquisa e desenvolvimento do sistema.

Compreendido como Sistema Aquífero Grande Amazônia – Saga, com extensão de 3.950.000 Km² e é um reservatório transfronteiras com seis países. De acordo com Matos professor da UFPA, estudos apontam volume hídrico que passam de 160.000 Km³ e é formado pelas unidades dos aquíferos Solimões, Iça e Alter do Chão, sendo visível que Amazônia é uma conexão hidrogeológica com grande potencialidade hídrica, porém pouco conhecida.

Entretanto, o Saga está em grande risco de contaminação e diminuição do volume de água, principalmente por ações do homem, que é responsável por modificar o meio ambiente para uso próprio sem realizar estudos preventivos das áreas a serem utilizadas. O emprego de agrotóxico em plantações, a ausência/inadequação de proteção sanitária e o desmatamento são as maiores preocupações em ocasionar a contaminação do aquífero e diminuição hídrica.

É imprescindível que essa emenda seja aceita para a Autorreforma do PSB. Tendo em vista a importância da água, tanto para consumo quanto para o progresso. O Plano Ouro Azul deve prever pesquisa, desenvolvimento e proteção. Por ser uma descoberta recente e pouco investigada o conhecimento sobre o aquífero ainda é escasso, assim é notável que deve haver pesquisas aprofundadas, para avaliar a possibilidade do uso para o abastecimento humano, já que temos grandes chances de ter que enfrentar uma grave crise hídrica no mundo e prever a sua importância para a sociedade mundial. Deve haver um plano de preservação e proteção que visibilize a segurança do aquífero, é de extrema importância que o uso da água seja feito com consciência para que não ocasione problemas ambientais e com fiscalizações frequentes para avaliação de possíveis áreas que afetam o Saga.

Cooperativas de Agricultura Familiar



Leonardo Moreira da Silva
Goiás

| Natureza da Emenda

Aditiva

| Proposta de tese

Incentivo e suporte para estados e municípios para elaborarem a criação de Cooperativas Da Agricultura Familiar (Coopsf). Algumas dessas cooperativas já existem em determinados lugares do Brasil, porém, sem o incentivo e o suporte que muitas necessitam para sua expansão.

| Justificativa

No Brasil a agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos disponibilizados para o consumo da população, porém, muitos desses produtos são in natura e comercializados pelos agricultores apenas em feiras livres, ou são os produtores que repassam os alimentos a grandes indústrias, que geralmente não transferem uma remuneração satisfatória a esses pequenos produtores e lançam tais produtos no exterior.

A centralidade dessa tese é que uma parceria entre as instâncias federal, estadual e municipal viabilize através de incentivo financeiro e suporte, cooperativas desses agricultores em todo o Brasil. O Estado detém diversas ferramentas que podem auxiliar e viabilizar a gestão ou o desenvolvimento tecnológico como os Institutos Federais e a Embrapa que podem ajudar a desenvolver e industrializar essa produção que varia por região. A mandioca é um exemplo: o produtor poderá destinar sua produção para sua cooperativa e lá ela será industrializada, podendo se tornar: farinha de mandioca, polvilho, tapioca entre outros.

Portanto, nessa tese defende-se a inserção dessas cooperativas no primeiro momento financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), baseada na industrialização para consumo interno, em sua grande e ampla proporção social e econômica, visto que uma cooperativa criada e instalada em determinado município vai aumentar a produção naquela localidade de determinado alimento automaticamente deixando-o com um preço mais acessível para o consumidor; com geração de empregos direto e indireto e viabilizando maior renda para tais agricultores visto que vão possuir outra fonte de renda.

Práticas de Agroecologia



Bruno Reigota Catini
Tocantins
(menção honrosa)

| **Natureza da Emenda**

Aditiva

| **Proposta de tese**

À luz das noções de desenvolvimento sustentável e por meio das práticas de agroecologia, o PSB entende a conciliação entre a agricultura e a preservação ambiental como um caminho para o desenvolvimento social do Brasil, incorporando lentes sociais, políticas, econômicas, culturais, energéticas e éticas, às atividades agrícolas, sobretudo em razão da urgente demanda por soberania e segurança alimentar e em defesa do meio ambiente e da biodiversidade, contra os impactos da crise climática.

| Justificativa

A agroecologia tem sido estudada por pesquisadores brasileiros desde pelo menos meados do século passado. O conceito envolve a conciliação entre atividades agrícolas de produção de alimentos e as variadas práticas de sustentabilidade, não apenas do ponto de vista ambiental, mas também as que incorporam questões sociais, políticas, culturais, energéticas e éticas, incluindo a agricultura familiar. Além de disciplina acadêmica, a agroecologia pode ser entendida como um movimento social e político, que lança um olhar ecológico para a agricultura e confere protagonismo a importantes atores políticos, como pequenos agricultores e comunidades indígenas, quilombolas e camponesas.

As práticas agroecológicas são diversas, tais como a agricultura orgânica: o controle responsável de fertilizantes industriais e agrotóxicos, o emprego de tecnologias limpas e de energias renováveis, dentre outros instrumentos. De acordo com o professor Carlos Pinheiro Machado, a produção agroecológica é capaz de produzir até 10% a mais do que o agronegócio. Assim, a agroecologia relaciona-se diretamente com a soberania e a segurança alimentar do povo brasileiro, que, paradoxalmente ao imenso potencial agrícola do país, se tornou ainda mais vulnerável à fome e à miséria nos últimos anos, sobretudo durante o insensível e desastroso governo de Jair Bolsonaro.

A incorporação de dimensões sociais, culturais, éticas e ambientais à agricultura brasileira está totalmente alinhada com o modelo de desenvolvimento sustentável que o Partido Socialista Brasileiro defende, acredita e apoia. O agro, que gera empregos, renda e riqueza ao povo brasileiro, não deve ser demonizado pelas esquerdas, mas valorizado como um terreno fértil para a transformação social, em defesa do meio ambiente e da biodiversidade, em resposta à crise climática que prejudica povos de todo o mundo e em apoio aos trabalhadores do campo, em sua histórica luta contra a desigualdade, a violência e a exploração de certos setores do agronegócio.



3 |

Políticas Sociais: Mulheres, Jovens e Idosos

Defesa do Aborto Legal



Lorena Marques Santos
Goiás

| **Natureza da Emenda**

Modificativa

| **Tese considerada**

276

| **Proposta de tese**

O PSB reconhece a necessidade das políticas afirmativas e bandeiras de lutas feministas assim como o direito à vida inerente a todo cidadão. Assim, o aborto será legalizado, apenas, se não houver outro meio de salvar a vida da gestante; nos casos em que a gravidez resultar de estupro, e o ato seja realizado com o consentimento da gestante, ou, quando incapaz, de representante legal, e quando o feto for diagnosticado como anencefálico e com consentimento da gestante.

| Justificativa

Consoante à Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência pode ser definida como qualquer iniciativa que resulte em danos a si próprio ou a outrem. As lutas sociais feministas nos levam a debater sobre o aborto, uma atitude que pode ser considerada violenta, uma vez que impede a sobrevivência e progressividade de indivíduos. Relativo à legalização do ato, no Brasil, é importante destacarmos as principais consequências e sua necessidade, em eventos particulares, antes que medidas prejudiciais sejam tomadas.

Primordialmente, é relevante ressaltar que jurisdições estão envolvidas no impasse. A atual Constituição Federal assegura a todo indivíduo o direito à vida. Nessa perspectiva, impedir que uma criança progrida no ventre materno contradiz a referida legislação, pois estar-se-á privando que sujeitos passem pelos estágios de crescimento humano. Com isso, é inadmissível que a privação de nascimentos seja legitimada por lutas feministas, posto que permitir a ação repercuta em transgredir a Carta Magna.

No entanto, existem certas circunstâncias em que o aborto se faz necessário. Uma dessas situações é quando ele for a única forma de salvar vidas de gestantes. Hipertensão pulmonar e cardiopatias são alguns dos quadros clínicos que predisõem a gestações de risco. Realizar o feito, diante de tais condições, deve ser consentido, visto que, em meio aos princípios que regem o código de ética dos agentes de saúde, consta o de preservar a integridade de quem está apto a prosseguir com a vida.

Desse modo, é notório que o abortamento deve ser concedido com ressalvas. Portanto, cabe aos órgãos governamentais, por meio de reuniões, buscar pela legalização do feito em eventos especiais e outras formas de atender as demandas femininas: igualdade salarial perante os homens; aumento do número de mulheres ocupando cargos importantes; entre outras maneiras. Assim, espera-se que um legado obscuro não seja atribuído às lutas feministas e que o aborto não seja considerado violência, mas uma benevolência ao próximo.

Descriminalização do Aborto Legal



Talia Kasprczak Bombarda
Mato Grosso
(menção honrosa)

| **Natureza da Emenda**

Modificativa

| **Tese considerada**

276

| **Proposta de tese**

O PSB reconhece a necessidade de políticas afirmativas e bandeiras de lutas feministas, como a descriminalização e a garantia do aborto legal e o fim das exigências para a realização da ligadura tubária, assegurados pelo SUS.

| Justificativa

O sistema econômico vigente com moralidades arcaicas e religiões perpetuam as desigualdades sociais neste país. É perceptível o impacto negativo do patriarcado e a misoginia na vida das mulheres; atualmente os direitos reprodutivos não existem, pois, segundo o Código Penal o aborto induzido é considerado crime e, para a realização da cirurgia esterilizadora feminina, a mulher precisa atender aos requisitos: ter mais de 25 anos e possuir mais de dois filhos vivos.

Dessa forma, ficam subentendidos as dificuldades enfrentadas pelo sexo feminino, pois uma gravidez indesejada acarreta diversos problemas na vida profissional e na pessoal. Dado que, quando a mulher torna-se mãe, ganha muitas responsabilidades, ainda mais somadas aos descasos masculinos, influenciados pela sociedade a não agirem como devem as deixando sobrecarregadas. Cuidar de uma vida é extremamente difícil e agregando a falta de desejo pela árdua tarefa acaba sendo uma experiência horrível e cansativa, que pode causar desgastes físicos e psicológicos.

Em suma, é notado como as políticas públicas afetam as vidas dos cidadãos. Com isso, percebe-se que as desigualdades de gênero estão presentes até mesmo na estrutura de leis do Estado, fazendo-se notar como é uma questão cultural, a discriminação da mulher, sendo reforçada por uma educação machista e opressora. Por isso torna-se imprescindível a legalização e a descriminalização do aborto, bem como o fim das imposições para a realização de laqueaduras, pois são questões de saúde coletiva, já que a sua proibição não os torna inexistentes, apenas perigosos para a vida dos que o fazem, assim, o governo fica responsável por sua efetivação, por deter os meios, enquanto o bom uso de projetos podem influenciar positivamente o corpo social.

Fundo feminino para o Desenvolvimento da Economia Criativa



Aline Dantas dos Santos ♦
Paraíba

| **Natureza da Emenda**

Aglutinativa

| **Teses consideradas**

153, 180

| **Proposta de tese**

É tarefa importante a criação de um fundo feminino de desenvolvimento para a economia criativa, dedicado exclusivamente a viabilizar a participação financeira e o apoio tecnológico aos empreendimentos inovadores de pequeno, médio e grande portes, visando torná-los mais competitivos nos mercados nacional e global.

| Justificativa

Factualmente, uma das mulheres percussoras do feminismo no Brasil, Leolinda Daltro lutou pela autonomia das mulheres no século XIX. Ocorreram muitas mudanças nos direitos civis, na participação no mercado de trabalho e uma problemática persistente ainda hoje é a diferença salarial.

Segundo Aristóteles, a democracia só surgiu quando, acreditou-se que todos fossem iguais entre si. No entanto esse conceito filosófico entra em contradição ao abordar a sociedade patriarcal, que enraizou a imagem da mulher como inferior ao homem. O fato é que a desigualdade de gênero ainda existe e cria vários obstáculos para as mulheres no mercado de trabalho, principalmente as mulheres rurais, agricultoras e sem formação específica. Segundo dados SEBRAE e da Pesquisa Global Entrepreneurship Monitor 2020 (GEM), o Brasil é o sétimo país com o maior número de mulheres empreendedoras no mundo.

Dos 52 milhões de empreendedores no país, 30 milhões (48%) são mulheres.

É imprescindível que o PSB, no âmbito federal, acrescente uma política pública, exclusiva para mulheres oriundas da zona rural, que participam da economia criativa e arranjos produtivos locais e regionais através de associações, cooperativas da agricultura familiar, para que elas tenham acesso a um financiamento para capital de giro; que possam desenvolver suas atividades de formas organizadas, assim proporcionando a real oportunidade dos grupos de mulheres para lutarem por sua autonomia financeira.

Combate à Cultura do Estupro



Luana Florentino Fonseca
Paraná

| **Natureza da Emenda**

Aditiva

| **Proposta de tese**

Para alcançar a liberdade e a igualdade perseguidas pelos socialistas, necessariamente é preciso combater a cultura de estupro presente em toda a sociedade e, propagada por vezes nos partidos políticos em vista do silenciamento violento das vítimas, da omissão em relação ao agressor e da falta de posicionamento acerca do crime.

| Justificativa

A cultura de estupro, que é reflexo da sociedade patriarcal, machista, misógina e sexista é pauta em inúmeras esferas, não pelo rompimento, mas pelas violências que ela causa que por vezes são naturalizadas ou, como dizem "passado o pano", isto, apesar de todos os avanços jurídicos e sociais que existem.

Não obstante as violências sofridas pelas mulheres, a cultura de estupro uma vez que não é combatida, alcança de formas inenarráveis inúmeros públicos, propagando-se desde a infância até a fase adulta. Portanto, comprometer-se pela busca da liberdade e da igualdade é se comprometer pelo combate a cultura de estupro, alcançando assim, não apenas uma liberdade e igualdade utópica, mas construindo uma nova sociedade.

É necessário políticas públicas que acompanham os avanços políticos, sociais e jurídicos. Estupro, é crime e está tipificado no artigo 213 e 217-A do código penal a ideia cultural que normaliza a violência sexual contra mulheres e crianças precisa ser rompida.

A violência Sexual contra mulheres e crianças passou despercebida por muito tempo, somente a mulher honesta podia ser vítima de violência sexual, a liberdade sexual não era tema a ser discutido e, infelizmente o corpo da mulher ainda segue sendo objetificado e controlado pela cultura que ainda é machista, sexista, misógina e patriarcal.

Essa realidade é um fato mesmo que em detrimento do silêncio da sociedade, em especial daqueles que detém do poder. A manifestação e punição frente a atos que fomentem a cultura de estupro e/ou que resultem nos crimes tipificados no Código Penal, é um fator decisório para o rompimento desse ciclo social e cultural de violência. Por isto, para o alcance a liberdade e igualdade perseguidas pelos socialistas necessariamente precisa se combater a cultura de estupro presente em toda a sociedade e, propagada por vezes nos partidos políticos em vista do silenciamento violento das vítimas, da omissão em relação ao agressor e da falta de posicionamento acerca do crime.

Programa EMPODERA para a Juventude



Luís Henrique Sales de Souza
Bahia
(menção honrosa)

| Natureza da Emenda

Aditiva

| Proposta de tese

O empoderamento criativo como instrumento de renovação política, mobilização e transformação social. A partir do Congresso Nacional do PSB em 2022, a criação do programa EMPODERA. Para o incentivo e fortalecimento de lideranças e candidaturas jovens do PSB em sua ampla pluralidade em todo o território nacional.

| Justificativa

A política brasileira necessita extremamente da transição geracional e da renovação dos quadros políticos na disputa pelo poder; é uma realidade, em nosso país, a insatisfação da grande maioria do eleitorado brasileiro com a velha política e os velhos políticos, acompanhada de uma crise de representatividade, sobretudo para os jovens, negros, LGBTQs e mulheres, que, muitas vezes, têm dificuldade de se ver nas candidaturas que disputam os cargos elegivos nas mais diversas instâncias.

Nas eleições de 2020 tivemos uma grande onda de candidaturas jovens de esquerda através de movimentos, que impactaram o processo eleitoral, mas as desigualdades social, racial e de gênero, associadas às dificuldades da pandemia do coronavírus tornaram ainda mais difícil a eleição dos jovens candidatos, e o número de eleitos é muito inferior ao potencial eleitoral da juventude brasileira.

Em todo o Brasil, temos lideranças jovens em sua plena pluralidade, com a capacidade de mobilização e criação de propostas, programas e políticas públicas, em todas as esferas, que necessitam de oportunidade; incentivo; formação política; capacitação; orientação e apoio para disputar pleitos eleitorais e ocupar espaços estratégicos nas câmaras de vereadores; prefeituras; assembleias legislativas; na câmara federal; no senado e nos governos.

O Programa EMPODERA, a ser encabeçado pela JSB, e construído coletivamente com os setoriais organizados do partido, terá o papel de incentivar; mobilizar; organizar; formar politicamente; além do apoio jurídico, de comunicação e financeiro para projetar milhares de candidaturas jovens em todo Brasil, tendo como pauta central o empoderamento criativo, que se dará na prática com dezenas de cursos, oficinas, seminários, atividades e encontros em todos os municípios que o PSB tenha diretório ativo, acompanhado pelo diretório nacional, os diretórios estaduais e dirigido pela secretaria nacional e um fórum de secretários estaduais da JSB em parceria com a Fundação João Mangabeira.

Passe Livre Irrestrito



Lucas Valentim Vidoto
Espírito Santo
(menção honrosa)

| **Natureza da Emenda**

Modificativa

| **Tese considerada**

315

| **Proposta de tese**

O PSB defende a institucionalização de uma política pública de Passe Livre Irrestrito, Inclusivo e Gratuito, nos modais de transportes públicos urbanos de todo o território nacional, uma necessidade urgente para garantir aos adolescentes e jovens estudantes dos ensinos superior, médio e fundamental a mobilidade urbana para acessar os espaços de promoção ao esporte, à cultura e ao lazer, fortalecendo o direito de ir e vir, e o pleno exercício dos direitos culturais, defendidos pela Constituição de 1988.

| Justificativa

O Passe Livre Irrestrito, inclusivo e gratuito, como política pública, custeado pela iniciativa pública para os adolescentes e jovens estudantes brasileiros, fortalece dois princípios básicos da Constituição Federal de 1988. O primeiro, no artigo 23, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. O segundo, é o artigo 215, em que consta que cabe ao Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoio e incentivo à valorização e à difusão das manifestações culturais.

Nesse sentido, garantir o ir e vir, dos brasileiros, com o Passe Livre Irrestrito, enquanto forem estudantes, para uso do transporte público gratuitamente, é ampliar não só o trecho casa-escola, mas incentivar e facilitar a locomoção desses para outros espaços culturais, que entendemos ser espaços de construção e fortalecimento da cidadania. Haja vista que esses locais ficam, muitas vezes, longe de suas residências, ou quando os eventos acontecem em dias em que o tradicional passe gratuito estudantil, limitado a um quantitativo do seu uso, a uma dada distância ou que nem funciona aos fins de semana e feriados não pode ser utilizado. Afinal, um jovem que usufrui da sua liberdade de locomoção dentro da cidade será um adulto que entende o espaço urbano como um local coletivo e de relações.

Dado o exposto, o Passe Livre Irrestrito, inclusivo e gratuito para os adolescentes e jovens estudantes brasileiros é uma maneira de promover o desenvolvimento humano, cultural e socioeconômico na cidade, já que a locomoção é uma peça geradora de atividade econômica e força motriz para a universalização do acesso aos serviços culturais, e fundamentais para pensarmos uma sociedade criativa, democrática e participativa.

Inclusão da Pessoa Idosa na Sociedade



Helton da Silva Souza ♦
Espírito Santo
(menção honrosa)

| **Natureza da Emenda**

Modificativa

| **Tese considerada**

300

| **Proposta de tese**

O PSB defende que a terceira idade seja reconhecida como uma etapa da vida com possibilidades e que seja desmistificada a ideia do idoso incapaz, por meio de ações que visem à inclusão da pessoa idosa na sociedade, inclusive através da qualificação digital, como forma de evitar e eliminar a exclusão, mediante programas que reduzam os impactos naturais da senescência.

| Justificativa

Com o avançar da idade, perde-se, por vezes, a sensação de pertença no grupo de convivência, seja pela limitação apresentada, seja pelo desenvolvimento da sociedade. Os anos passam e tornam-se evidentes as alterações naturais do organismo humano, decorrentes do processo de envelhecimento, denominado senescência. Por ser um processo natural humano, não há como ser evitado. De fato, mecanismos para mitigar seus efeitos podem, e devem, ser implementados, visando à melhoria na qualidade de vida dos idosos.

Justifica-se essa proposta modificativa, pelo fato de a população idosa se apresentar em evidente crescimento, demandando do Poder Público ações de caráter protetivo e preventivo, especialmente no que concerne à qualidade de vida desse público. Assim, é necessário que se discuta e analise os direitos desse grupo social e do lugar que ocupam em nossa sociedade. Não basta recusar a ideia de que a velhice seja um ciclo de abandono, desocupação e esquecimento. Há que se implementar, na sociedade, a defesa da terceira idade como etapa da vida repleta de possibilidades, desmistificando o estereótipo do idoso como indivíduo incapaz, com ações concretas de inclusão social e digital dos idosos, em conformidade com os direitos sociais que a fortalecem, nos moldes estabelecidos na Lei nº 10.741/03, sendo eles: o direito à vida; à informação; à vida familiar; à convivência social e comunitária; direito ao respeito; direito à preservação da autonomia e direito de acessar serviços que garantam condições de vida.

Portanto, por ser a senescência um processo natural de alterações do organismo humano, torna-se coerente a defesa da criação de programas que diminuam os agravamentos e impactos sociais e de saúde deste processo, apresentando-se vaga e errônea a ideia de "programas de senescência" como descrito no texto original da tese em questão, embasando essa proposta de modificação e dando, por consequência, maior clareza à redação da tese 300 da autorreforma do PSB.



4 |

Revolução Criativa na Educação

Instrumento Norteador da Educação



Jennifer Kelly Gomes de Souza
Amapá
(menção honrosa)

| **Natureza da Emenda**

Modificativa

| **Tese considerada**

235

| **Proposta de tese**

A emenda apresenta inclusão de tese, localizada no eixo IV/235, que discorre sobre os princípios norteadores do projeto de educação brasileira. A proposta traz a ideia de inserir na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Plano Nacional de Educação (PNE) uma disciplina que possa instruir os estudantes sobre a economia verde, o empreendedorismo e a inovação tecnológica para o desenvolvimento do país.

| Justificativa

No que concerne aos avanços tecnológicos e o progresso do Brasil, é notória a importância de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que utilize toda essa modernização e economia verde, tendo como base a educação para incentivar os indivíduos a terem ideias inovadoras e significativas, e o país ser, assim, transmutado como uma potência criativa e sustentável.

O Brasil possui vários agentes favoráveis, como uma rica biodiversidade; é referência mundial em energias limpas e renováveis; têm 12% das reservas de água doce do mundo; contém elementos naturais que ajudam na agricultura e na mineração; possui o Projeto Amazônia 4.0, dentre outras características. Todos esses atores, se agregados ao ensino, podem ajudar a criar um país com adultos que tenham uma visão empreendedora em diversos setores, em especial, nas áreas aqui citadas. Tais agentes, colocariam o país em uma cadeia produtiva global de destaque.

Robert Solow (economista conquistador do prêmio Nobel de 1987) discorre, no artigo "A Contribuição para Teoria do Crescimento Econômico", que o desenvolvimento econômico, a longo prazo está ligado ao crescimento da poupança, que é o capital e o progresso tecnológico, referente à Inovação. A expansão econômica dá-se devido à aplicação da tecnologia aos meios de produção. Ou seja, investir na vertente inovadora da educação é o principal fundamento para o crescimento da economia.

O eixo temático IV/235, do livro 5 Teses do Partido Socialista Brasileiro, deixa explícito o quanto a educação é significativa para a nação. Todavia, é necessário que seja acrescentada, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Plano Nacional de Educação (PNE), uma disciplina que possa instruir o jovem estudante sobre a economia verde criativa, o empreendedorismo, a Inovação e todas as ferramentas da Indústria 4.0. Para que, assim, o Projeto Nacional de Desenvolvimento possa ter sua eficiência e eficácia.

Vagas de Qualidade em Escola de Tempo Integral



Taylor Gonçalves Nunes
Espírito Santo

| **Natureza da Emenda**

Modificativa

| **Tese considerada**

251

| **Proposta de tese**

O PSB defende que, para garantir a educação como um direito, é preciso ofertar todas as modalidades da educação básica de forma pública, gratuita, inclusiva e de qualidade a toda população brasileira. Além de, ampliar as vagas em tempo integral visando a garantir a permanência dos estudantes nas unidades escolares e fortalecendo o exercício da cidadania.

| Justificativa

Sabemos que através da Lei nº 9.394/1996, o dever do Estado com a escola pública é efetivado com a garantia da educação a toda a população. A importância da educação, na vida de uma pessoa, como possuidor dos direitos previstos na Constituição, reflete-se em sua capacidade de obter formação profissional e cidadã; acrescido da interpretação de informações e lidar com as a próprias emoções; ademais, desenvolver/aperfeiçoar nele o senso crítico.

A educação em tempo integral refere-se ao desenvolvimento de crianças e jovens adolescentes, integrando o processo de ensino e aprendizagem com a prática. Nesse sentido, o conceito de educação integral está relativamente ligado à centralidade do discente, na aprendizagem permanente, ampliação do tempo, ambiência e gestão democrática.

A proposta de adoção dessa prática abarca consigo a equidade, inclusão e, ainda, a sustentabilidade. De acordo com a Constituição de 1988, o direito à educação tem como base o pleno desenvolvimento da pessoa; seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Tomando como base que o Brasil detém a, terceira maior taxa de evasão escolar, de acordo com o Programa das Nações Unidas, cabe ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), refletir, dialogar e garantir o processo de fortalecimento da educação básica continuada, de forma pública, gratuita, inclusiva e de qualidade para a população, a fim de promover a diminuição da evasão escolar e, o retardo dos avanços dos índices de desigualdade social.

Nesse sentido, deve-se pautar e diálogo, a importância da escola em tempo integral em todos os níveis de modalidades da educação básica, respeitando desde o ensino infantil até o ensino médio, a fim de fazer com que seja ampliada a permanência das nossas crianças e jovens adolescentes em instituições públicas de ensino em todo o território nacional.

Não Retrocesso a Escolas Especiais



Raul Marçal Evangelista
Goiás

| Natureza da Emenda

Aditiva

| Proposta de tese

O PSB defende o não retrocesso da criação de escolas especializadas para alunos com deficiência em desacordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, apoiando, portanto, a educação inclusiva em todos os níveis educacionais.

| Justificativa

O PSB defende o não retrocesso da criação de escolas especializadas para alunos com deficiência.

A Constituição Federal em seu artigo 5º estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Diante dessa informação, fica evidente que a criação de escolas especializadas fere o direito constitucional. Não obstante é válido ressaltar que a criação de escolas especializadas é causada por pensamento retrógrado e traz, como consequência, a marginalização social que esses indivíduos já enfrentam pela própria deficiência e agora também no ambiente educacional. Destarte, é indubitável que ações governamentais devem ser tomadas.

Ademais, é válido ressaltar que a sociedade já possui um pensamento retorcido sobre as pessoas com deficiência. São taxadas de incapazes ou de insuficientes para o convívio, reflexão já contestada por Paulo Freire que em suas experiências concluiu que "a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades".

A inércia social é o principal fator para que pessoas portadoras de deficiências continuem sofrendo preconceito e sejam excluídas do mercado de trabalho. A divisão das escolas só vai servir para aumentar esse abismo, o lugar dessas pessoas e em meio à nossa sociedade Valdeci Santos afirma que "todas as deficiências são aceitáveis e passíveis de inclusão, menos a de caráter".

Portanto, diante do exposto, o PSB deve defender o não retrocesso da criação de escolas especializadas para alunos com deficiência em desacordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, apoiando, portanto, a educação inclusiva em todos os níveis educacionais, formando, assim, uma sociedade igualitária e mais justa.

Projeto de Reforma Universitária



Wellington Davi dos Santos Lima
Pará
(menção honrosa)

| **Natureza da Emenda**

Aditiva

| **Proposta de tese**

O PSB defenderá um Projeto de Reforma Universitária que tem por pilares a democracia, a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, e uma formação socialmente referenciada para o mundo do trabalho. Entre as prioridades deste Projeto estão: eleição direta para Reitoria, com o fim da lista tríplice, paridade em todos os órgãos colegiados, incentivo à formação interdisciplinar, reformulação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e das políticas de ações afirmativas e a interiorização dos programas de pós-graduação.

| Justificativa

Os desenvolvimentos econômico, científico e tecnológico; a industrialização e a geração de emprego não são alcançáveis com a Universidade de hoje. Por meio das suas frentes de atuação, o Partido Socialista Brasileiro precisa contrapor o projeto burguês de Educação, defendendo uma Reforma Universitária que fortaleça a democracia, a produção de ciência e tecnologia e construa a sociedade que almeja em seu Programa.

Através dessa Reforma pretende-se fazer prevalecer a autonomia e liberdade de cátedra, estabelecendo a composição paritária dos órgãos colegiados e a eleição direta para reitoria, pondo fim à lista tríplice. Almeja-se a efetivação de uma política nacional de inclusão de estudantes com deficiência e a consolidação das políticas de acesso e permanência dos povos e comunidades tradicionais.

A criatividade dos cientistas brasileiros não pode ser prejudicada pela falta de investimentos, então a Reforma deve restaurar o Programa Ciências sem Fronteiras como política de Estado e integrar a graduação com a pós-graduação, por meio da pesquisa e inovação, criando mecanismos que proíbam o Governo Federal de contingenciar o orçamento desse setor.

Conectada às políticas de expansão e interiorização das universidades públicas, a Reforma precisa defender a universalização do acesso ao Ensino Superior. Para superar as desigualdades impostas pelo modo de exploração capitalista e reproduzidas pela Universidade, é necessária uma reformulação dos regimentos de graduação para promover a flexibilização curricular e a formação interdisciplinar.

A Universidade é um instrumento de enfrentamento às desigualdades no Brasil, um centro de formulação de um outro país, que seja mais conectado com o seu povo, que se desenvolva de forma justa e igual, que inove e seja propulsor da ciência e da tecnologia no mundo. A emancipação do nosso povo virá de uma Educação emancipadora, que tenham por pilar essa Reforma Universitária, daí sua necessidade histórica.

Modelo de Acesso à Universidade Pública



Vinicius Abdias Santos de Oliveira
Rio Grande do Norte
(medalha de prata)

| Natureza da Emenda

Modificativa

| Natureza da Emenda

241

| Proposta de tese

O PSB defende a ampliação do acesso ao ensino superior público, através da oferta livre, irrestrita e gratuita de vagas universitárias, de políticas de permanência e da manutenção das cotas étnico-raciais, sociais e para pessoas com deficiência, enquanto for necessário.

| Justificativa

Historicamente um país injusto e desigual, o Brasil submete ano a ano seus jovens a um concurso nacional que não leva em consideração as idiosincrasias formativas de cada cidadão, utilizando métodos discriminatórios para avaliar quem pode ou não ter acesso ao ensino superior. Posto isso, para pôr fim a essa segregação educacional, é cada vez mais urgente o fim dos vestibulares e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), dando espaço para um modelo de educação superior que garanta o acesso livre, irrestrito e gratuito.

Os modelos de acesso à universidade são diferentes, ao redor do mundo; nos Estados Unidos, por exemplo, entre os critérios para ser admitido em uma universidade respeitada, está a capacidade demonstrada durante todo o ensino médio de desenvolver habilidades artísticas, políticas ou esportivas; já na Argentina, por outro lado, o direito ao ensino superior é livre e irrestrito, garantido a qualquer um que tenha concluído o ensino médio e queira se matricular. Entretanto, quando se analisa de forma comparativa e crítica todos esses modelos, o que se encontra é a injustiça que os jovens brasileiros são submetidos, ao ter que realizar vestibulares ou o Enem, prova de um ou dois dias de duração, que vão definir o seu futuro, mas que não levam em consideração as particularidades e características de como foi o desenvolvimento daquele aluno durante todo o processo formativo.

A solução desse problema passa, portanto, pela substituição dos vestibulares e Enem, por um modelo que garanta a ampliação do acesso ao ensino superior público, através da oferta livre, irrestrita e gratuita. Com essa medida, de uma só vez, seria enfrentada a mercantilização da educação superior, pois iria fortalecer as universidades públicas, e a submissão dos projetos de formação dos ensinos básico e médio, ao objetivo tosco de preparar o aluno para ser bom em resolver uma prova, e não para ser um cidadão que reflita de maneira crítica sobre o que acontece ao seu redor.

Educação Cidadã e Libertadora



Umberto de Andrade Filho
Mato Grosso do Sul
(menção honrosa)

| **Natureza da Emenda**

Modificativa

| **Tese considerada**

4

| **Proposta de tese**

O analfabetismo político e a falta de consciência de classe são algumas das mais perversas manifestações contra a população brasileira. Uma educação cidadã e libertadora passa pela necessidade de o indivíduo se conhecer como sujeito de direitos e deveres sociais. E é dever do Estado garantir formação política e de classe nas instituições de ensino público nos anos finais da Educação Básica, por meio dos itinerários formativos constituídos na reforma do Ensino Médio pela lei nº 13.415/2017.

| Justificativa

De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cerca de 30 % da população brasileira apta a votar em 2018 não votou, resolveu se abster, votar nulo ou em branco. Dados expressivos que refletem certa aversão política por uma grande parcela da população.

Quando uma parcela significativa da população convive em um Estado democrático de direito e esses indivíduos não se reconhecem como sujeitos de direitos e deveres sociais, conseqüentemente, sujeitos políticos, por essência, constata-se uma falha catastrófica no sistema de ensino básico do país.

Para Paulo Freire, em 1993, no livro *Professora sim, tia não: para quem ousa ensinar*, o analfabetismo castra o corpo consciente e falante de mulheres e homens, proibindo-os de ler e escrever, assim como os limitam na capacidade de, lendo o mundo, escrever sobre sua leitura dele e, ao fazê-la, repensar a própria leitura. Complemento dizendo que o analfabetismo político e a ausência de consciência crítica de classe aliena os cidadãos e propaga preconceitos pelo senso comum, privando-os do exercício da cidadania, da luta por direitos e melhores condições de vida.

Portanto, torna-se necessário, por meio de componentes curriculares dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, com o auxílio das professoras e professores das ciências humanas e sociais aplicadas, a elaboração de projetos com o intuito de caracterizar a necessidade do debate político na vida dos estudantes, demonstrando que a política interfere diretamente em tudo: nos preços do supermercado; na quantidade de árvores que geram sombra na cidade; e, até no ato de estarem em uma escola e ter quadra esportiva coberta ou não; isso também é política. Citei esses exemplos para elucidar a necessidade de formar sujeitos críticos e com força de mobilização dentro das escolas públicas; para que essa aversão à política seja mitigada e que o debate sobre o projeto nacional se aperfeiçoe, com o passar do tempo, e que consigamos o desenvolvimento social almejado pelo Brasil.

Ressignificar a Prática Pedagógica



Davi Alexandre Schoenardie
Santa Catarina

| **Natureza da Emenda**

Modificativa

| **Tese considerada**

253

| **Proposta de tese**

O PSB propõe uma revolução criativa na educação. Para tanto, entende a necessidade de ressignificar as práticas pedagógicas atuais, que interrompem o processo criativo e potencializam a competitividade, tornando-as instrumento de uma formação cidadã global que valoriza a arte, a cultura, o pensamento sustentável, a empatia, a tolerância e a liberdade criativa dos brasileiros.

| Justificativa

Na canção "Todo Homem", Zeca Veloso aborda a importância de o indivíduo reconhecer sua origem e sua sensibilidade. Nesse sentido, cada pessoa está ligada por um cordão umbilical e, portanto, todos estão ligados a um propósito social maior. Em face a isso, para uma revolução criativa na sociedade brasileira, faz-se fundamental uma educação formadora de cidadãos que acolhem e desenvolvem o seu espírito criativo e inovador.

Contudo, a educação contemporânea é marcada por uma condição neoliberal. Para o sociólogo Christian Laval, esse modelo de ensino recruta estudantes para a produção de um capital financeiro que acentua as desigualdades sociais e econômicas. Com isso, o atual cenário torna as práticas pedagógicas um produto a serviço do consumo e da alienação. Ademais, há um discurso homogêneo que induz as estratégias nacionais à valorização de práticas rentáveis às empresas, em detrimento dos conhecimentos social e humanitário. Por conseguinte, a aquisição de repertórios que corroboram com esse pensamento de adaptabilidade fragiliza as transformações sociais e políticas conquistadas após 21 anos de Ditadura Militar. Do mesmo modo, condiciona as humanidades, a arte e o sensível a servirem como produtos descartáveis para o mercado global. Não obstante, esse pensamento enfraquece o estado de direito da sociedade brasileira e beneficia a formação de indivíduos competitivos.

Assim, para uma educação de qualidade, acessível a todas as classes e socialmente criativa, fazem-se necessárias modificações para valorizar a arte, a cultura, o pensamento sustentável, a empatia, a tolerância e a liberdade criativa dos brasileiros. Portanto, versa a respeito da responsabilidade de todos em defender a formação cidadã como importante instrumento de transformação social, a partir do fortalecimento do ensino emancipador e da transformação das práticas pedagógicas atuais. A partir disso, o bem-estar, a liberdade e a equidade dos indivíduos serão restauradas na construção de um país criativo e sustentável.

Teoria Crítica Reprodutiva



Cassiana Rabelo de Carvalho
Distrito Federal

| **Natureza da Emenda**

Aditiva

| **Proposta de tese**

A evasão escolar no Brasil atinge 5 milhões de estudantes, por isso, o PSB defende amplo debate a respeito dos motivos que levam à dificuldade do acesso universal e efetiva permanência dos estudantes nas escolas, considerando os diferentes valores culturais, sociais e econômicos, que circundam a vivência de todos. Assim contribuindo para uma experiência escolar realmente emancipadora e libertária.

| Justificativa

Segundo dados da Unicef, a evasão escolar, no Brasil, atinge 5 milhões de estudantes. Durante a pandemia de Covid-19, esses números aumentaram em 5%, entre os estudantes do Ensino Fundamental e 10% no Ensino Médio. Para os que ainda estão matriculados, a dificuldade foi de acesso, com 4 milhões de estudantes sem conectividade.

A teoria crítico-reprodutivista, de Pierre Bourdieu, aponta que, por vivermos em uma sociedade marcada pela divisão de classes, que por consequência possuem suas normas e patrimônios culturais, as elites e as classes trabalhadoras possuem diferentes valores, culturas, e maneiras de expressão. Entretanto, a escola ignora essas diferenças, privilegiando apenas os valores e a cultura da classe dominante. Assim, temos um grupo privilegiado e que se adapta melhor a essa instituição, enquanto outro grupo, proveniente das classes mais baixas, tem sua cultura e saberes desprezados. Somado a isso, quando não tem êxito nesse sistema que reproduz desigualdades, o estudante é responsabilizado pelo fracasso escolar, sem serem consideradas as estruturas que viabilizam essa situação.

Diante do exposto, compreende-se que é necessária uma reestruturação no ensino. Vários estudiosos apresentam ideias para que isso seja feito, como Paulo Freire, que acreditava na importância de uma educação horizontal, pautada no diálogo, na valorização, no respeito ao estudante e à sua história, compreendendo-o como sujeito que já possui conhecimento, não apenas como um mero receptor. O método freiriano propõe que o estudante saia do lugar de espectador da realidade e se coloque como sujeito gerador de mudanças.

Nesse período tão difícil e desafiador que a humanidade vivencia, espera-se que a escola possa ser um espaço desejável, de alargamento da potencialidade de nossas crianças, e que seja pautada no respeito, valorizando-as em sua integralidade, promovendo a criatividade, criticidade e autonomia.



5 |

Política Externa,
Cultura e
Comunicação
em Rede

Paradiplomacia



Tiago Lima Carvalho da Silva
Pernambuco

| Natureza da Emenda

Aditiva

| Proposta de tese

A política externa no âmbito da paradiplomacia: As relações entre sujeitos não estatais, onde se inserem os estados e municípios, no âmbito internacional passou por constante incremento e progresso, estando longe de atingir seu ápice. A materialização dessas relações tem contribuído para o crescimento mútuo e, conseqüentemente, uma melhoria na qualidade de vida do ser humano moderno, que se localiza principalmente nas cidades. Esse novo capítulo da história global.

| Justificativa

Os estados e as cidades, para a consecução de suas responsabilidades e atribuições, utilizando os recursos de forma eficiente e com maiores ganhos para o bem-estar social e ambiental, podem procurar ações no campo internacional e a inclusão da agenda internacional nos debates públicos. As ações internacionais visam a solucionar problemas e ampliar o potencial das ações e projetos municipais, além de incluir e valorizar os diferentes grupos sociais. Através da paradiplomacia, além dos elementos mencionados, é possível compartilhar experiências e informações, permitindo que a gestão pública execute suas atribuições da melhor forma possível.

Parte do desafio está em superar a ordem política, que centraliza as ações internacionais, não traduzindo a pluralidade de realidades especiais que existem em um único Estado.

Não se trata de algo novo, mas uma realidade. É comum, em particular para a execução de grandes obras públicas, que os prefeitos e lideranças políticas realizem visitas técnicas e estabeleçam relações de cooperação com outras cidades para executarem obras parecidas. Essa relação, que permite a aquisição de expertise em projetos de grande envergadura, tornou-se acessível e possível para todos os empreendimentos, dos pequenos aos grandes, e em quaisquer cidades brasileiras.

O avanço tecnológico e os quadros de profissionais capacitados, entre outros aspectos, permitem que todos os setores e atividades dos estados e municípios contenham ações planejadas e em consonância com as melhores práticas adotadas no mundo, com o devido cuidado de diálogo e inclusão da sociedade. Por isso, a importância e a urgência da inclusão do debate sobre o papel da paradiplomacia para a política das cidades e dos estados.

A inclusão da paradiplomacia na pauta de discussões e nas propostas da Autorreforma do PSB é o sinal da renovação que as cidades e estados brasileiras necessitam para se desenvolverem social e economicamente.

Política Migratória de Acolhimento



Italo Ribeiro Alves
Ceará
(menção honrosa)

| Natureza da Emenda

Aditiva

| Proposta de tese

O Brasil será vanguardista e solidário na cooperação internacional pelo desenvolvimento e a implementação de políticas migratórias de acolhimento, assistência, proteção e integração às pessoas refugiadas, solicitantes de asilo, apátridas ou pessoas deslocadas internamente, quem foram forçadas a abandonar suas comunidades ou países em decorrência de perseguição política, discriminação, fome, pobreza, violência ou desastres causados pelas mudanças climáticas.

| Justificativa

De acordo com a Agência da ONU para Refugiados, desde 2017, mais de 5 milhões de venezuelanos fugiram em consequência das persistentes crises econômica e política que afetam aquele país. A maioria é representada por mulheres e crianças, que permanecem sem acesso a documentação ou permissão para continuar nos países vizinhos, o que as deixa mais vulneráveis a situações de trabalho escravo, exploração sexual, tráfico humano, pobreza, violência e xenofobia.

Um país sem uma política sólida de acolhimento, proteção e integração das populações deslocadas forçadamente, pode levar seus estados ao colapso. Nos últimos 5 anos, o IBGE constatou um crescimento populacional no estado de Roraima de quase 130 mil pessoas por causa da crise migratória da Venezuela. Isso representa o maior crescimento populacional do país (quase 25%). Consequentemente, há desafios, como o aumento da demanda por serviços públicos, os quais são ameaçados pela escassez de recursos, em meio à pandemia do Covid-19.

Para melhor responder às ramificações das crises migratórias, o Estado brasileiro deve fortalecer suas iniciativas que já funcionam, como a Operação Acolhida do Exército e o Conselho Nacional para Refugiados (Conare). Adicionalmente, deve priorizar a interiorização dos migrantes e refugiados para outros estados, através de parcerias com municípios e empresas, aumentando as possibilidades de integração no país.

Por fim, o Brasil deve posicionar a diversidade no centro de sua resposta às crises migratórias. O texto "Brasil, Potência Criativa e Sustentável" das Teses ao Congresso Constituinte da Autorreforma do PSB trata a diversidade como o "princípio organizador da identidade cultural brasileira, seu traço mais distintivo e sua característica mais proeminente." Os nativos e migrantes que construíram o Brasil ao longo de nossa história sempre foram e serão a chave para um desenvolvimento criativo. Portanto, devemos sim continuar a acolher e integrar quem busca aqui uma segunda chance de vida.

Ações Sociais para Refugiados



Carla Santana Gonçalves
Piauí
(menção honrosa)

| **Natureza da Emenda**

Aditiva

| **Proposta de tese**

O PSB propugna que é preciso assegurar aos estrangeiros refugiados o aprimoramento das ações sociais efetivas de receptividade e inclusão econômica por parte dos entes federativos brasileiros, devendo majorar sua cordialidade e assegurar a eles uma condição de vida menos sofrida na instalação e durante sua permanência no país, podendo, assim, passar a contribuir de forma laborativa, com a economia do país, bem como, ainda resguardar sua dignidade.

| Justificativa

Com a constante incidência de crises políticas, principalmente, nas últimas décadas em países da América Latina e orientais, foi possível observar um deslocamento em larga escala de refugiados que buscam asilo no Brasil. Pessoas que se refugiam no país, motivadas quase unanimemente, por Grave e Generalizada Violação dos Direitos Humanos, fugindo de situações degradantes de fome, falta de saneamento e condições básicas de vida, bem como a falta de trabalho e educação.

Primeiramente, afere-se que essas pessoas buscam uma certa "tranquilidade" no país, mas acabam por sofrer com a baixa estipulação governamental de programas sociais que possam estabelecer condições necessárias para que consigam se estabilizar e ingressar adequadamente na sociedade econômica brasileira, prover seu sustento, bem como, garantir a própria educação.

Ademais, a amplitude do suporte brasileiro aos estrangeiros refugiados, ainda necessita de uma reforma drástica para que seja feita de forma adequada, diferente do que é feito até o momento. De fato, são de grande importância as ações já existentes, no entanto, mudanças na sistemática de acolhimento devem ser aprimoradas para que possam suprir suas necessidades de forma mais efetiva.

No livro de Immanuel Kant intitulado "*A paz perpétua*" o autor destaca que o direito cosmopolita retrata a hospitalidade universal respeitando os direitos dos cidadãos do mundo como seres humanos e o tratamento de um cidadão quando visita outro Estado, ele como vivente da terra, não tem como deixar seu lar, portanto, não deve receber tratamento hostil por parte de seu receptor, é como se criasse o conceito de uma espécie de cidadania global.

Desta forma, é compreensível que os países, especialmente o Brasil, nessa situação de recepção de estrangeiros refugiados, deve majorar sua cordialidade e assegurar a eles uma condição de vida menos sofrível. O país possui potencial para esta receptividade, no entanto, necessita de ajustes e maior desenvoltura para lidar com o cenário.

Fortalecimento da Comunicação Pública



Douglas Soares Melo •
Distrito Federal

| **Natureza da Emenda**

Aditiva

| **Proposta de tese**

Para aprofundamento da democracia, faz-se necessário o fortalecimento da comunicação pública no Brasil, tendo a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) como ferramenta para a prestação de um serviço de informação plural e de qualidade, para todo o território nacional, e que as prioridades sejam a difusão de direitos do cidadão; a formação crítica e o fomento cultural.

| Justificativa

Na chamada sociedade do conhecimento e da informação, cada vez mais nos deparamos com a difusão de notícias parciais, falsas ou direcionadas para interesses individuais e corporativos, tudo isso difundido através de diversas mídias comunicacionais, o que pode causar sérios danos para a frágil democracia brasileira. A comunicação pública, como pontua Duarte (2009), exige o compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo.

Em diversos países europeus com democracias fortemente consolidadas, a comunicação pública é um instrumento fundamental para a manutenção da mesma. O caso mais expressivo é o da britânica, British Broadcasting Corporation (BBC), empresa pública de comunicação com quase 100 anos, que leva informação de qualidade através de um conteúdo plural, no qual o interesse da sociedade e o sentido de utilidade pública da comunicação são prioridades.

No Brasil, o capítulo V da Constituição Federal trata sobre a Comunicação Social e o artigo 223 define o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi criada em 2007, por meio de uma Medida Provisória, para prestar serviços de radiodifusão pública e fazer a gestão das emissoras de rádio e televisão públicas federais. Atualmente a EBC enfrenta o sucateamento promovido pelo governo federal, com planos de demissão voluntária cumprindo o papel de esvaziamento da empresa, e seu consequente fim.

Com o caráter público e de interesse para a sociedade, a EBC hoje leva informação para regiões do Brasil onde o setor privado não tem interesse, como a Rádio Nacional da Amazônia, que é a principal fonte de informação para diversas comunidades ribeirinhas, que não tem relevância para o capital privado. Esse papel da regionalização de conteúdo é essencial para levar direitos às minorias, além de promover a formação crítica e cultural dos cidadãos brasileiros, assim dando vez às vozes e aos rostos do nosso país.

Regulamentação do *Streaming* e da Salas de Cinema



André D' Arisbo
Rio Grande do Sul

| Natureza da Emenda

Modificativa

| Tese considerada

374

| Proposta de tese

Regulamentação do *streaming* e das salas de cinema. Cota de tela de 30% para filmes nacionais nas salas de cinema e para produções nacionais em plataformas de *streaming*; nenhum filme ocupará mais de 50% das salas do país; Fica estabelecido imposto de 2% para plataformas de *streaming*, que poderá estar sujeito à isenção se a plataforma produzir quantidade a ser discutida de conteúdo nacional. Todo o valor arrecadado irá para fundos de financiamento à produções audiovisuais nacionais.

| Justificativa

Homem-Aranha Sem Volta para Casa tornou-se a maior estreia da história do cinema no Brasil. Porém, o lucro vai quase 90% para a distribuidora estrangeira, enquanto exploram 80% das salas de cinema no Brasil. Um filme não monopoliza as salas de um país em nenhum lugar do mundo. O novo filme do herói estreou em pouco mais de 4000 salas nos Estados Unidos, cerca de 10% do país. O Brasil é o segundo maior mercado audiovisual da América Latina, atrás do México, onde o filme estreou em 40% das salas.

A União Europeia já aprovou leis para proteger seu mercado e não deixar todo o lucro para o capital estrangeiro exclusivamente. Os países do bloco aprovaram cota de tela para plataformas de *streaming* de 30%, obrigando as empresas a produzir conteúdo nos países, gerando empregos. A série espanhola "*La Casa de Papel*" é um exemplo de conteúdo produzido a partir da cota de tela e parceria do governo com a Netflix, algo que faz sucesso internacional, gera emprego e renda para o país. A Croácia foi em uma direção diferente, além da cota de tela instituiu imposto de 2% para as plataformas de *streaming*.

Outro país de destaque em políticas nacionais no mercado audiovisual é a Coreia do Sul. O país percebeu em 1993 que o lucro do filme Jurassic Park ocupando salas do país fora maior que o de empresas automobilísticas nacionais. A partir disso, a nação passou a investir em políticas como cota de tela e financiamento público de filmes e séries nacionais. O resultado trinta anos depois é um filme coreano vencendo o Oscar de melhor filme (Parasita, Oscar 2020), incrementando o *soft power* do país. Além do filme, a série Round 6, também coreana, tornou-se a série mais vista da história da plataforma de *streaming* Netflix.

Por conseguinte, é necessária a regulamentação do ambiente audiovisual brasileiro. É preciso analisar como outros países lidam com esse avanço do domínio de produções estrangeiras e como evitam monopólios e preservam sua cultura e sua indústria criativa.

Melhoria da Segurança Digital



Kaue Gustavo Dutra de Souza
São Paulo
(menção honrosa)

| **Natureza da Emenda**

Aditiva

| **Proposta de tese**

O PSB entende o atraso na inserção do Estado brasileiro na nova era da internet e terá como um de seus objetivos a melhora da segurança digital dos órgãos públicos, aumentando a eficiência e a segurança nacional das informações pertinentes à nação. Além disso, lutará no combate às Fake News e às manipulações causadas pelos algoritmos nas redes sociais, levando informação de qualidade e dando autonomia para que cada cidadão brasileiro pense por si, sem influências de monopólios estrangeiros.

| Justificativa

O filósofo francês Pierry levy diz que "o real e o virtual, não são mais opostos, são complementares", dessa maneira, a cada dia se é mais dependente da tecnologia tornando-se essencial, para a evolução da sociedade brasileira, o desenvolvimento do nosso conhecimento digital, visto que há muitas falhas e negligências do estado nesses últimos anos. Devido ao fato de que os bancos de dados - os quais armazenam as principais informações da nação - são totalmente amadores, afinal não se é investido o suficiente em cibersegurança, assim facilitando o hackeamento e inutilização dos sites.

Como exemplo pode-se citar os ocorridos recentes com o STF e o ConecteSUS, demonstrando que nosso estado está extremamente vulnerável. Já as Big Techs, que roubam os dados da população, adquirem cada vez mais poder, aumentando e lucrando com o alcance de Fake News e com a venda de dados de eleitores para direcionar campanhas eleitorais, como ocorreu no caso da Cambridge Analytica.

Atualmente entende-se que as redes sociais podem destruir carreiras, vidas e até mesmo a democracia, dessa forma, essa questão pode ser resolvida apenas com uma revolução no modo de usar e lidar com o mundo digital, através de medidas como: estruturar uma agência pública de checagem de dados, com profissionais concursados e que tenham estabilidade; criar uma legislação que funcione para o meio virtual, formulando meios de punir tanto quem comete crime de ódio quanto empresas que explorem a privacidade dos usuários visando obter lucros próprios.

Para o Brasil deixar florescer o pensar jovem e nos tornarmos a potência criativa tão desejada, é necessário oferecer informações de qualidade, livrar a população das amarras das Big Techs que norteiam cegamente a vida dos brasileiros com a utilização de algoritmos, ou seja, oferecendo segurança para os órgãos públicos conseguirem administrar o país. Como não é mais possível separar o virtual do real, a internet não pode ser "uma terra sem lei".

CONCURSO NACIONAL DE REDAÇÃO SOBRE AS TESES DA AUTORREFORMA DO PSB

PRESIDENTE DO CONCURSO

Carlos Roberto Siqueira de Barros

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

Márcio Luiz França Gomes

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE (CAC)

Paulo Afonso Bracarense Costa

Sinoel Batista

Domingos Leonelli Netto

COMISSÃO JULGADORA NACIONAL

Professor Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, Doutor

Professora Raissa Alessandra Rossiter, Doutora

Professor Maria Emilia Martins Ferreira, Doutora

Professora Roberta Guio de Azevedo, Doutora

Professor Fernando Gomes de Moraes, Especialista

COMISSÕES JULGADORAS ESTADUAIS

REGIÃO SUL

Rio Grande do Sul

Professor Ricardo Leal Gougo, Mestre

Professor Thalles Pinto Souza, Especialista

Mari Elisabeth Trindade Machado, Especialista

Santa Catarina

Margareth da Silva Hernandez, Especialista

Elizete Lorenzoni Alves, Doutora

Israel Rocha Borba

Paraná

Professora Sônia Maria Nobre Gimenez, Doutora

Professor Daniel Rodrigues Poit, Mestre

Professor Amarildo Pinheiro Magalhães, Doutor

REGIÃO SUDESTE

São Paulo

Professora Ana Cristina Gonçalves de Abreu Souza, Doutora
Professor Marcos Antônio Favaro Martins, Doutor
Professor Tércio de Abreu Papparato, Doutor

Rio de Janeiro

Professor Helid Raphael de Carvalho Jr., Doutor
Professora Vânia de Cássia De Araújo Dutra, Doutora
Professora Ticiania de Souza Preste, Especialista

Espírito Santo

Samuel Jorge Messias, Mestre
Fabricio Pancotto
Stael Majesk

Minas Gerais

Professor Hermano Caixeta Ibrahim, Doutor
Laura Luiza Costa
Professora Raquel Gloria Moreira, Mestre

REGIÃO NORDESTE

Bahia

Professora Jandira Mawusi
Professora Silvana Coelho
Professora Rita Soares

Sergipe

Tathiane Aquino de Araújo
Emerson Ferreira da Costa, Doutor
Antônio Carlos Valadares Filho, Especialista

Alagoas

Professora Maria Betânia da Rocha de Oliveira, Doutora
Professora Lidiane Barbosa do Carmos, Especialista
Professor Wellington da Silva, Especialista

Pernambuco

José Evaldo Costa
Jair Pereira
Jumariana Oliveira

Paraíba

Professora Claudenice da Silva Souza, Mestre
Professora Giva Vasconcelos da Silva Matos, Mestre
Walter Olivério Souto Brandão Júnior

Rio Grande do Norte

Professor Paulo César Palhares Lima, Especialista
Lucélia Oliveira dos Santos, Especialista
Professor José Jonas Carneiro Cavalcante

Ceará

Professor Christiano Paz Fiuza Lima, Especialista
Professor Osmar de Sá Ponte Júnior, Mestre
Professor Francisco Antônio Almeida Bezerra

Piauí

Professor Francisco Pedrosa da Silva
Professora Fabíola Maria Pinheiro
Professor Paulo Henrique da Costa Pinheiro, Doutor

Maranhão

Professora Maria do Perpétuo Socorro Castelo Branco Santos, Mestre
Professor Adroaldo José Almeida, Doutor
Professor Vinícius Pereira Bezerra, Doutor

REGIÃO NORTE**Pará**

Professora Joyce Juliana Favacho de Aquino
Alfredo Pereira de Figueiredo Júnior
Professor Deivison Venicio Souza, Doutor

Amazonas

Professor Alexandre Dias Barbosa, Especialista
Professora Cristiane Jean Balieiro
Giselle Hannah Assis de Almeida

Amapá

Professora Elda Gomes Araújo, Doutora
Professor Adalberto Carvalho Ribeiro, Doutor
Camila Luciana Góes Capiberibe, Mestre

Roraima

Professor Roberto Ramos Santos, Doutor
Professor Carlos Roberto Bezerra Calheiros
Eliane Silva de Oliveira

Acre

Professor Francisco Evandro Rosas, Especialista
Professor Daniel do Nascimento Lopes, Especialista
Professor Makeson Rocha, Especialista

Rondônia

Professor Carlindo Klug, Mestre
Professor Claudeci Cassimiro Ferreira
Professor Miguel Câmara Novaes, Especialista

Tocantins

Amanda Sobreira Lima de Sousa, Especialista
Professor Francisco Viana Cruz, Mestre
Carlos Antônio Almeida de Oliveira. Especialista

REGIÃO CENTRO-OESTE

Mato Grosso

Professor Edinaldo Gomes de Sousa
Professor Sebastiani Stamm Hirsch
Professora Zulema Netto Figueiredo, Doutora

Mato Grosso do Sul

Professor Valmir Batista Corrêa, Doutor
Professor Cláudio Freira de Souza, Doutor
Maria Auxiliadora Martins

Goiás

Professor Marcelo José Moreira, Doutor
Professor Lucas Hemeterio dos Santos
Lorrainy Garcia Telessio

Distrito Federal

Professora Yara Gouvêa

Professor Adriano Sandri, Doutor

Professor Eduardo Rodrigues da Silva, Mestre

COMISSÃO JULGADORA DE SUPORTE

Professora Maria Emilia Martins Ferreira, Doutora

Professora Luciana Bracarense, Doutora

Professora Maria Arlete Rosa, Doutora

Tamara Ilinsky Crantschaninov, Doutora

Professora Adriana Silva, Doutora

Lilian Rosa, Doutora

Esse livro, “Pensar Jovem Socialista 40 Redações”, reúne um conjunto de quarenta emendas e suas justificativas apresentadas pelos autores ao Concurso Nacional de Redação sobre as Teses da Autorreforma do PSB.

No concurso foram selecionadas até três redações por estado segundo critérios técnicos adaptados dos critérios de correção da prova do ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio. As orientações-chave para os cinco critérios do concurso foram: correção gramatical; clareza e coesão do texto; argumentação clara e lógica; conteúdo relacionado ao texto motivador e capacidade de conclusão e contribuição inovadora.

Para a seleção das redações que compõem esse livro o principal critério utilizado foi o da aderência do texto às teses da Autorreforma do PSB. Pequenos desvios com relação à grafia correta, acentuação, concordância verbal, concordância nominal e outros aspectos técnicos não foram prioritários. Todas as redações selecionadas foram submetidas a uma revisão ortográfica para que pudessem ser mais bem compreendidas e para que os textos do livro não contivessem tais desvios e problemas com relação à coesão e à lógica.

Para essa publicação os assuntos foram ordenados buscando contemplar os assuntos mais visitados pelos candidatos que participaram do concurso de redação.

A Comissão de Administração e Controle (CAC) do Concurso de Redações reconhece que muitas outras redações poderiam ter participado dessa publicação, em especial aquelas que foram selecionadas na etapa estadual e premiadas com certificados e medalhas de honra ao mérito. O número de 40 redações que a CAC estabeleceu deveu-se ao desejo de produzir uma publicação esbelta, que tivesse grande aceitação para a leitura, e fizesse uma homenagem ao número do Partido Socialista Brasileiro.

As redações que foram premiadas no Concurso e que não constam desse livro podem ser acessadas para leitura no site www.autorreformapsb.com.br/redacao.

